Este documento foi traduzido com inteligência artificial

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

ICC **142-14**

12 outubro 2026
Original: Inglês

P

Decisões e resoluções aprovadas na 142ª Sessão do Conselho Internacional do Café

28 a 30 de setembro de 2026

Abertura da 142ª Sessão do Conselho 2
Item 1: Ordem do dia provisória 2
Item 2: Admissão de observadores 3
Item 3: Votos 3
Item 4: Políticas cafeeiras nacionais 3
Item 5: Acordo Internacional do Café (AIC) de 2022 7
Item 6: Comitê Conjunto 9
Item 7: Questões financeiras e administrativas 13
Item 8: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado 22
Item 9: Instalações 27
Item 10: Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC) 36
Item 11: Grupo de Discussão sobre Cafés Especiais 37
Item 12: Titulares de cargos e comitês 39
Item 13: Credenciais 41
Item 14: Reuniões futuras 41
Item 15: Outros assuntos 42
Cerimônia de encerramento 42

Abertura da 142ª Sessão do Conselho

1. O Sr. Michael Wheeler, da Papua-Nova Guiné, presidiu a 142ª Sessão do Conselho Internacional do Café (CIC), realizada em Genebra, na Suíça, de 28 a 30 de setembro de 2026.

2. S. Ex.ª o Sr. Ivo Germann, Chefe da Diretoria de Relações Econômicas Externas da Suíça, proferiu um discurso de boas-vindas em nome de S. Ex.ª o Sr. Alexandre Faisel, Secretário de Estado da Suíça. Seu discurso foi posteriormente publicado como documento ICC-142-6.

3. O Sr. Luc Magloire Mbarga Atangana, Ministro do Comércio dos Camarões, proferiu um discurso posteriormente publicado como documento ICC-142-7.

4. A Sra. Dorothy Tembo, Diretora Executiva Adjunta do Centro de Comércio Internacional (ITC), proferiu um discurso posteriormente publicado como documento ICC-142-8.

5. A Sra. Tanuja Garde, Diretora da Divisão de Propriedade Intelectual, Aquisições Governamentais e Concorrência da Organização Mundial do Comércio (OMC), proferiu um discurso posteriormente publicado como documento ICC-142-9.

6. A Dra. Vanúsia Nogueira, Diretora Executiva da Organização Internacional do Café (OIC), fez seu discurso de abertura, posteriormente publicado como documento ICC-142-10.

7. O Presidente do Conselho fez seu discurso de abertura, posteriormente publicado como documento ICC-142-11.

8. A Chefe de Operações informou ao Conselho que, em conformidade com o parágrafo 4 do Artigo 11 do Acordo de 2007, havia sido atingido o quórum para a realização da 142ª Sessão do Conselho Internacional do Café.

Item 1: Ordem do dia provisória

9. O Conselho aprovou a ordem do dia provisória contida no documento ICC-142-0 Rev. 2.

Item 2: Admissão de observadores

10. O Presidente do Conselho apresentou o documento ICC-142-2, contendo a lista de observadores convidados para a 142ª Sessão do Conselho, observando que, em conformidade com a Regra 5 do Regulamento da Organização, a lista havia sido distribuída aos Membros 30 dias antes da data da Sessão. Ele também observou que as discussões sobre questões financeiras e administrativas seriam restritas apenas aos Membros.

11. O Conselho aprovou o documento ICC-142-2 sobre a admissão de observadores.

Item 3: Votos

Item 3.1: Redistribuição de votos para a 142ª Sessão do Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26

12. A Chefe de Operações apresentou o documento ICC-142-1, que contém a redistribuição de votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26, com data de 9 de setembro de 2026, calculada com base nos dados estatísticos contidos no documento ED-2488/25 Rev. 1 e de acordo com os Artigos 12 e 21 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007. Ela explicou as Tabelas 1, 2, 3 e 4 e lembrou aos presentes que somente os Membros do AIC de 2007 que tivessem pago suas contribuições teriam direito a voto durante o Conselho.

13. O Conselho aprovou o documento ICC-142-1 sobre a redistribuição de votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26.

Item 4: Políticas cafeeiras nacionais

14. O delegado da Colômbia expressou seu agradecimento ao Presidente e aos Membros da OIC e reafirmou o compromisso da Federação Nacional dos Cafeicultores (FNC) de, mais uma vez, representar os interesses da Colômbia junto à Organização, destacando o apoio contínuo dos representantes diplomáticos do país. Ele informou que se previa que a produção de café da Colômbia diminuísse de um recorde de 14,9 milhões de sacas no ano cafeeiro anterior para aproximadamente 12,7 milhões de sacas no ano atual, devido ao ciclo normal de produção e aos efeitos dos fenômenos La Niña e El Niño. Ele observou que os impactos climáticos na Colômbia e em outros países produtores poderiam levar a uma oferta mais limitada de café nos próximos

12 meses. O delegado da Colômbia enfatizou que a sustentabilidade do setor cafeeiro dependia, em última instância, de garantir que as famílias produtoras de café pudessem alcançar a prosperidade e receber preços justos. Ele também relatou o impacto do terremoto de agosto de 2026 nas regiões cafeeiras, observando que a FNC havia visitado aproximadamente 22.000 propriedades para avaliar os danos e havia iniciado a reconstrução de casas e o apoio às famílias afetadas. Ele expressou seu agradecimento pela solidariedade e pelo apoio financeiro recebidos dos Membros da OIC. Por fim, ele anunciou que o centenário da FNC ocorreria em 2027 e convidou os Membros a participar das comemorações, bem como da sessão de outono do CIC e do evento "World of Coffee", ambos a serem realizados em Bogotá. Um vídeo promocional foi exibido na tela.

15. O delegado de El Salvador expressou sua gratidão pela oportunidade de representar seu país e o Instituto Salvadorenho do Café na reunião de alto nível e observou que se tratava de um momento histórico, já que as regulamentações ambientais estavam remodelando o sistema internacional. Ele saudou a crescente ênfase dada à sustentabilidade, à biodiversidade e ao combate às mudanças climáticas pela comunidade global, ao mesmo tempo em que ressaltou que tais regulamentações precisavam se basear em uma compreensão técnica rigorosa das condições na origem. Ele destacou o sistema agroflorestal diversificado de café arábica de El Salvador cultivado à sombra, que, segundo ele, abrigava uma biodiversidade significativa e contribuía para a recarga das bacias hidrográficas. O delegado de El Salvador ressaltou que a verdadeira ameaça ambiental decorria do desmatamento causado pela expansão urbana desordenada e pela agricultura intensiva, e não da produção de café em si, e pediu incentivos econômicos para preservar as florestas cafeeiras. Ele observou o progresso de El Salvador no georreferenciamento de propriedades agrícolas para apoiar a rastreabilidade e os objetivos de renda digna e enfatizou que a tecnologia deveria servir como uma ponte inclusiva, e não como uma barreira, ao mesmo tempo em que ressaltou que os custos de tais exigências não deveriam recair desproporcionalmente sobre os cafeicultores. Ele reafirmou o compromisso de El Salvador com a transparência, a rastreabilidade e a descarbonização e exortou a OIC a apoiar o reconhecimento do valor ambiental do café cultivado à sombra e a garantir uma remuneração justa aos produtores de café.

16. O Presidente agradeceu aos representantes da Colômbia e de El Salvador por suas declarações. Ele recebeu com satisfação o convite da Colômbia para comemorar o centenário da FNC em 2027 e expressou sua solidariedade às pessoas afetadas pelo terremoto no país. Ele também reconheceu os pontos importantes levantados por El Salvador e observou que se tratavam de questões a serem levadas em consideração pelo Conselho.

17. O delegado da Índia agradeceu ao Governo da Suíça por sediar a 142ª Sessão do Conselho, bem como à Colômbia e a El Salvador pelas atualizações sobre as políticas nacionais. Ele destacou o desenvolvimento, pela Índia, do INDICOFS, um conjunto de normas de sustentabilidade adaptadas ao contexto indiano, com o objetivo de promover a melhoria contínua e a sustentabilidade em toda a cadeia de valor do café. Ele observou que as normas integravam práticas de produção responsáveis com medidas para aprimorar a adaptação climática e reduzir a pegada ecológica do país, em consonância com a visão da Índia de normas voluntárias de sustentabilidade e desenvolvimento centrado no ser humano.

18. O delegado das Filipinas expressou seu agradecimento ao país anfitrião e à Secretaria pelo apoio prestado. Ele destacou avanços institucionais significativos ocorridos no setor cafeeiro filipino, refletindo o compromisso do governo em aprimorar a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade do setor. Ele observou que o café continuava sendo um importante meio de subsistência para os agricultores e as comunidades rurais e um componente cada vez mais significativo da economia agrícola do país, ao mesmo tempo em que destacou desafios como a crescente demanda interna, o envelhecimento da população agrícola, as limitações de infraestrutura e tecnologia e a necessidade de melhorar a qualidade e o acesso ao mercado. Ele ressaltou que as Filipinas estavam dedicando atenção renovada ao café como uma commodity estratégica de alto valor, notadamente por meio da criação do Escritório de Desenvolvimento da Indústria do Café, subordinado ao Ministério da Agricultura, em fevereiro de 2026, que proporcionaria uma abordagem mais coordenada e integrada para o desenvolvimento do setor cafeeiro nacional e fortaleceria a cooperação entre as partes interessadas relevantes. Ele enfatizou que o bem-estar dos cafeicultores continuava no centro desses esforços e destacou a importância da ciência, da tecnologia e dos dados para aumentar a produtividade, possibilitar uma maior participação em segmentos de maior valor agregado da cadeia de valor e apoiar meios de subsistência mais sustentáveis para os agricultores nas Filipinas. Ele reafirmou o compromisso do país de trabalhar com os Membros e com a OIC para promover um setor cafeeiro produtivo, resiliente, inclusivo e sustentável.

19. A delegada da Tanzânia destacou os recentes avanços nas políticas do setor cafeeiro do país, incluindo as mudanças impulsionadas pelo Regulamento da UE sobre produtos livres de desmatamento (EUDR). Ela observou que a Tanzânia vinha trabalhando com a União Europeia e outros parceiros para atender aos requisitos do EUDR e havia desenvolvido uma plataforma de registro de produtores utilizando tecnologia de geolocalização, com aproximadamente 200 mil produtores registrados até o momento. Ela enfatizou que isso estava contribuindo para uma maior rastreabilidade e transparência, ao mesmo tempo em que criava oportunidades para fortalecer a cadeia de valor do café. Ela também destacou o uso de leilões para melhorar a

formação de preços e oferecer maiores incentivos aos produtores, bem como iniciativas que promovem a resiliência climática, o plantio de árvores, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade do café. Ela expressou seu agradecimento à OIC, à União Europeia e a outros parceiros pelo apoio a esses esforços e à transformação em andamento do setor cafeeiro da Tanzânia.

20. O delegado do Brasil agradeceu à Secretaria pelo apoio logístico e organizacional e ao Governo da Suíça por sediar a 142ª Sessão. Ele enfatizou a importância das reuniões presenciais para fortalecer o sentimento de pertencimento dos Membros à Organização e facilitar a cooperação. Referindo-se ao 300º aniversário da produção de café no Brasil, a ser comemorado em 2027 em todo o setor, ele destacou o profundo significado histórico e cultural do café no país e convidou os Membros a participarem das comemorações. Ele ressaltou que o café também revestia grande importância econômica e social para o Brasil, apoiando aproximadamente 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos e o sustento de mais de 330 mil cafeicultores, dos quais cerca de 75% eram pequenos e médios produtores. Ele enfatizou que as discussões sobre a produção e o comércio de café, em última instância, diziam respeito às pessoas, aos meios de subsistência e à qualidade de vida, e que os produtores precisavam de um mercado que funcionasse e que lhes permitisse sustentar suas famílias. Ele também destacou a importância da estreita cooperação entre os setores público e privado no Brasil, observando que ambos eram parte integrante do setor e estavam representados conjuntamente na 142ª Sessão do CIC. O delegado do Brasil ressaltou que os países exportadores e importadores deveriam reconhecer seus interesses comuns e os benefícios mútuos de um mercado de café que funcionasse bem. Ele concluiu enfatizando que, para o Brasil, o café ia além de ser um produto, pois representava uma parte importante da identidade do país, e reafirmou a importância atribuída à Organização como plataforma de cooperação entre todas as partes interessadas do setor.

21. A delegada da Suíça deu as boas-vindas aos Membros e observadores em Genebra e expressou sua satisfação em sediar a 142ª Sessão do CIC, observando que o alto nível de participação refletia o poder de convocação de Genebra. Ela manifestou confiança de que o local proporcionaria um ambiente propício para discussões construtivas e frutíferas. Ao abordar a política cafeeira da Suíça, ela destacou a Plataforma Suíça de Café Sustentável (*Swiss Sustainable Coffee Platform* – SSCP) como um pilar da abordagem do país para promover uma cadeia de valor global do café mais sustentável. Ela observou que a plataforma multissetorial reunia a indústria cafeeira suíça, o governo, a sociedade civil e a academia, e havia entrado em operação recentemente. Além disso, ela anunciou que o Governo da Suíça havia confirmado um apoio de aproximadamente US$ 10 milhões para a SSCP nos próximos quatro anos.

22. O Sr. Carlos Brando, do Brasil, apresentou brevemente um livro comemorativo dos 75 anos da empresa Pinhalense e refletiu sobre seus mais de 40 anos de envolvimento com a empresa. Ele destacou a contribuição da Pinhalense para o processamento de café em todo o mundo, observando que suas máquinas estavam agora em operação em 105 países nos cinco continentes e haviam contribuído para melhorar as práticas de processamento em muitos países produtores de café. Ele relembrou o importante papel da OIC no apoio à expansão internacional da empresa, pois havia proporcionado oportunidades para estabelecer contatos com representantes de países produtores, bem como no desenvolvimento inicial e no reconhecimento do processo de café "pulped natural", ou "honey". Ele enfatizou que o papel da Pinhalense ia além do fornecimento de maquinário, já que suas soluções de processamento contribuíram para melhorar a qualidade do café e beneficiar os produtores e toda a cadeia de abastecimento do café. Por fim, ele expressou seu agradecimento à atual Diretora Executiva por ter escrito o prefácio do livro e ao ex-Diretor Executivo, Sr. José Sette, por tê-lo traduzido para o inglês.

23. O Conselho tomou nota dos relatórios sobre as políticas cafeeiras nacionais.

Item 5: Acordo Internacional do Café (AIC) de 2022
Item 5.1: Membros do AIC de 2022

24. A Diretora Executiva apresentou um relatório sobre os Membros do AIC de 2022 em 28 de setembro de 2026. Ela observou que, desde a última atualização em março de 2026, a União Europeia havia assinado o AIC de 2022 e Angola e a Indonésia haviam concluído as formalidades para se tornarem Membros, depositando seus respectivos instrumentos de ratificação. Ela informou que a participação nos votos para fins de entrada em vigor entre os Membros importadores da OIC permanecia em 15,2%, observando, porém, que o limite exigido para o grupo de importadores seria atingido assim que a União Europeia concluísse seus procedimentos. No que dizia respeito aos Membros exportadores, as ratificações de Angola e da Indonésia haviam aumentado a participação para 34%, representando mais de um terço dos votos necessários. A Diretora Executiva lembrou que a entrada em vigor exigia dois terços dos votos tanto dos Membros exportadores quanto dos importadores. Ela também observou que as assinaturas seriam aceitas até o final de abril de 2027 e o depósito dos instrumentos de ratificação até o final de julho de 2027.

25. O delegado da Colômbia apresentou uma atualização sobre os procedimentos em andamento para a ratificação do AIC de 2022 pelo país, observando que haviam sido realizadas discussões com o Ministro da Fazenda e o Presidente do Congresso para avançar no processo de ratificação. Ele expressou confiança de que as etapas restantes seriam concluídas em breve.

26. O delegado da União Europeia observou que, após a assinatura do AIC de 2022 pela UE, os procedimentos restantes para a conclusão das formalidades deveriam levar aproximadamente seis meses. Ele enfatizou que, embora isso constituísse um procedimento democrático e não uma mera formalidade, estava confiante de que seria concluído sem problemas dentro desse prazo.

27. O delegado das Filipinas informou que o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério da Agricultura e outros órgãos relevantes, continuava a facilitar os procedimentos internos para a aceitação formal do AIC de 2022. Ele observou que o processo incluía a obtenção das autorizações interinstitucionais necessárias e reafirmou o compromisso das Filipinas de depositar seu instrumento de aceitação assim que os procedimentos internos fossem concluídos.

28. O delegado da Costa Rica observou que o AIC de 2022 havia sido aprovado na primeira sessão plenária do congresso nacional e estava sendo analisado pela Câmara Constitucional antes de uma nova votação. Ele expressou esperança de que o processo seria finalizado em breve.

29. O delegado do Brasil informou que o Congresso Nacional brasileiro havia concluído as etapas correspondentes no processo de ratificação e expressou esperança de que a próxima etapa, envolvendo a promulgação de um decreto presidencial, ocorreria rapidamente, permitindo que todo o processo de ratificação fosse finalizado.

30. A delegada da Suíça parabenizou os Membros que haviam ratificado o AIC de 2022, bem como aqueles que estavam avançando rumo à ratificação. Ela observou que a Suíça, que estava entre os primeiros países a ratificar o AIC de 2022, considerava isso uma conquista histórica e uma base sólida para trabalhos futuros, e expressou a esperança do país de que o Acordo entrasse em vigor em breve.

31. Ecoando a posição expressa pela delegação suíça, o delegado do Japão destacou a importância do AIC de 2022, enfatizando seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro e no fortalecimento da cooperação entre países exportadores e importadores, bem como entre governos e o setor privado. O delegado observou ainda que o Japão havia concluído seu processo de ratificação em 2023 e exortou os demais Estados-Membros a darem andamento à assinatura e ratificação.

32. O Conselho tomou nota do relatório sobre os Membros do AIC de 2022.

Item 5.2: Grupo de Trabalho para a Entrada em Vigor do AIC de 2022 (GTEV)

33. O Presidente do GTEV, Sr. Tom Fabozzi, da UE-Irlanda, apresentou um relatório sobre os trabalhos do grupo durante o ano cafeeiro de 2025/26, observando que haviam sido realizadas duas reuniões, uma em fevereiro e outra em julho de 2026. Ele explicou que, embora as discussões tivessem se concentrado inicialmente em documentos pendentes, particularmente aqueles relativos aos fatores de conversão, ao Regulamento de Finanças e Disposições Financeiras e ao Estatuto e Regulamento do Pessoal, o GTEV tinha passado posteriormente a se dedicar à elaboração de recomendações práticas. Nesse contexto, o mandato e a linha hierárquica do GTEV foram esclarecidos, após a confirmação de que o mesmo poderia apresentar recomendações diretamente ao Conselho. O Presidente do GTEV também informou aos Membros que havia sido concordado que os comitês técnicos relevantes poderiam analisar os documentos que se enquadrassem em suas respectivas áreas de especialização. Ele acrescentou que o GTEV continuaria seu trabalho sobre os Regulamentos acima mencionados e os fatores de conversão, observando que a Secretaria havia distribuído um questionário aos Membros sobre estes últimos (documento ED-2520/26[1]). À luz do relatório da Diretora Executiva sobre os Membros do AIC de 2022, o Presidente incentivou as delegações a participarem ativamente dos próximos trabalhos do GTEV, enfatizando que vários documentos ainda precisavam ser discutidos e finalizados.

34. O delegado da União Europeia e o Presidente do Conselho expressaram seu agradecimento ao Sr. Tom Fabozzi por assumir a presidência do GTEV e por seu trabalho ao longo do último ano, observando que sua contribuição era muito valorizada.

35. O Conselho tomou nota do relatório sobre o GTEV.

Item 6: Comitê Conjunto

Item 6.1: Atualização da lista de países exportadores e seus códigos de país, agências certificadoras da OIC e portos de exportação registrados

36. O Presidente do Comitê Conjunto (CC), Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, apresentou um relatório sobre as sétima e a oitava reuniões do CC, agradecendo ao seu Vice-Presidente, Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, por ter presidido as reuniões em sua ausência.

[1] O prazo para preenchimento do questionário foi prorrogado de 5 para 19 de outubro (ver documento ED-2520/26 Rev. 1)

37. Ele lembrou que, nos termos do AIC de 2007 e dos Regulamentos de Estatística pertinentes, a Organização tinha que manter uma lista dos países exportadores e seus códigos de país, das agências certificadoras da OIC e dos portos de exportação registrados. Ele observou que a lista havia sido atualizada pela última vez em setembro de 2024 e que, posteriormente, os Membros exportadores haviam sido convidados a revisar as informações e comunicar quaisquer alterações. O Presidente do CC informou que oito países — Bolívia, Camarões, Colômbia, Filipinas, Indonésia, México, Nepal e República Democrática do Congo — haviam fornecido informações atualizadas, enquanto Angola, Brasil e Costa Rica haviam confirmado que não eram necessárias alterações. O CC havia analisado as emendas propostas e recomendado que o Conselho aprovasse a lista atualizada contida no documento JC-30/26 Rev. 1.

38. O delegado da Indonésia agradeceu à Secretaria pela elaboração e atualização do documento em questão, observando que as atualizações apresentadas pela Indonésia haviam sido incorporadas ao mesmo, incluindo a designação correta da agência certificadora da Indonésia como a Direção-Geral de Comércio Exterior, do Ministério do Comércio da República da Indonésia, o número atualizado de autoridades regionais emissoras e a lista atualizada de portos de exportação registrados para o café. Ele afirmou que a Indonésia apoiava e aprovava a lista atualizada, conforme apresentada no documento.

39. O Conselho aprovou o documento JC-30/26 Rev. 1 (*Lista de países exportadores e seus códigos de país, agências certificadoras da OIC e portos de exportação registrados*).

Item 6.2: Preço indicativos composto e preços indicativos dos grupos da OIC: Participação dos mercados e coeficientes de ponderação dos grupos, em vigor em 1 de outubro de 2026 (atualização bianual)

40. O Presidente do CC lembrou que, de acordo com o documento ICC-105-17 Rev. 1 (*Regulamento de Estatística - Preços Indicativos*), as ponderações dos grupos de café utilizadas para calcular os preços indicativos deveriam ser revisadas a cada dois anos, a fim de garantir que o método de cálculo e as respectivas ponderações continuassem a refletir a evolução da estrutura do mercado e do comércio internacional de café. Ele observou que a Secretaria havia conduzido a revisão e apresentado as atualizações propostas no documento JC-33/26, que havia sido analisado pelo CC e recomendado para aprovação pelo Conselho. Ele informou ainda ao Conselho que, durante o ano cafeeiro de 2026/27, a Secretaria realizaria uma revisão mais ampla dos

procedimentos para a coleta, transmissão, cálculo e publicação do preço indicativo composto e dos preços indicativos dos grupos, levando em conta mudanças significativas no comércio internacional de café, incluindo os fluxos comerciais de e para a Ásia. Ele observou que quaisquer propostas resultantes seriam submetidas ao CC antes de serem apresentadas ao Conselho.

41.	O Conselho aprovou o documento JC-33/26 (*Preço indicativo composto e preços indicativos dos grupos da OIC: Participação dos mercados e coeficientes de ponderação dos grupos - Médias dos anos civis de 2022 a 2025 - Entrada em vigor em 1.o de outubro de 2026*).

Item 6.3: Avaliação das propostas de iniciativas da OIC para inclusão no Programa de Atividades

42. O Presidente do CC observou que o Comitê havia analisado 21 propostas apresentadas pelos Membros em sua sétima reunião e chegado a um acordo sobre uma metodologia para avaliar as mesmas, e que os resultados consolidados posteriormente haviam sido apresentados ao CC em sua oitava reunião. Após analisar os resultados, o CC concordou em recomendar ao Conselho a inclusão das seguintes cinco iniciativas no Programa de Atividades:

(a) Validação da cafeicultura de baixo risco para marcos regulatórios de combate ao desmatamento;

(b) Preservação de recursos hídricos para a cafeicultura: o exemplo do programa brasileiro 'CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA' para outros países produtores;

(c) Inventário de boas práticas no armazenamento do café e os ganhos para os cafeicultores;

(d) Barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio do café: novos desafios; e

(e) Novos subprodutos do cultivo do café: formas adicionais para a elevação da renda dos cafeicultores.

43. Tendo em vista a carga de trabalho e as implicações de tempo, o Presidente informou que o CC havia recomendado ainda que o Conselho autorizasse a Secretaria a desenvolver e implementar as cinco iniciativas com flexibilidade operacional, conforme descrito nos parágrafos 6 a 10 do documento ICC-142-4. Ele acrescentou que o CC também havia recomendado que a Secretaria preparasse uma descrição detalhada e um plano de implementação para cada iniciativa

aprovada, para análise posterior e aprovação pelo CC, de acordo com os procedimentos estabelecidos no documento JC-13/25 Rev. 2.

44. O delegado da Índia agradeceu ao presidente do CC pelo relatório detalhado e parabenizou os proponentes das cinco iniciativas. Ele expressou seu apreço pelos esforços empreendidos pelo CC na avaliação das propostas e solicitou que o trabalho e as lições decorrentes das iniciativas fossem devidamente compartilhados para facilitar a troca de conhecimentos e possibilitar sua replicação em outros contextos, sem duplicação de esforços.

45. A delegada da Suíça elogiou o grande número de iniciativas propostas e o estabelecimento de um procedimento claro para sua apresentação e avaliação, observando que isso ajudaria a reduzir a complexidade e garantiria condições equitativas no processo de seleção. Olhando para o futuro, ela manifestou apoio à abordagem flexível proposta e à flexibilidade operacional, ao mesmo tempo em que enfatizou a importância de fazer uso eficaz das capacidades e dos recursos financeiros existentes. Ela reiterou o pedido do delegado da Índia para evitar a duplicação de esforços e observou que, nos casos em que fosse necessária expertise externa específica, a Suíça estaria pronta para apoiar a Secretaria na obtenção da expertise necessária, inclusive por meio de organizações sediadas na Suíça.

46. O delegado da Indonésia agradeceu ao CC e à Secretaria pelo trabalho na avaliação das iniciativas propostas pela OIC para inclusão no Programa de Atividades para o ano cafeeiro de 2026/27. Ele expressou o apoio da Indonésia à recomendação do CC de incluir as cinco iniciativas mais bem classificadas, levando em conta os recursos disponíveis e o possível apoio técnico e financeiro de parceiros relevantes. Ele também propôs que a iniciativa sobre a validação de práticas de produção de café de baixo risco para marcos regulatórios de desmatamento levasse em consideração sistemas agroflorestais e de policultura, com o objetivo de garantir que suas conclusões pudessem ser replicadas em outros países produtores de café com sistemas de produção semelhantes. Com relação à iniciativa sobre a preservação dos recursos hídricos para o cultivo do café, ele sugeriu que a mitigação das mudanças climáticas também fosse considerada para fortalecer sua contribuição à sustentabilidade e resiliência da produção de café. Além disso, ele apoiou o envolvimento contínuo dos Membros, particularmente daqueles que propuseram as iniciativas selecionadas, bem como das instituições relevantes nos países produtores de café, nas fases subsequentes de elaboração e implementação.

47. O Presidente do Conselho confirmou que a troca de informações e conhecimentos constituía um valor fundamental da OIC e que as informações pertinentes seriam compartilhadas de acordo.

48. O Conselho aprovou o documento ICC-142-4 (*Propostas de iniciativas da OIC para inclusão no Programa de Atividades – Recomendação do Comitê Conjunto*).

Item 7: Questões financeiras e administrativas

Item 7.1: Comitê de Finanças e Administração

49. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração (CFA), Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, apresentou um relatório sobre as 68ª, 69ª e 70ª reuniões da CFA. Ele observou que a Chefe de Finanças e Administração havia apresentado anteriormente a situação financeira, conforme descrito no documento FA-420/26, incluindo os saldos de caixa efetivos no final de julho de 2026 e todas as despesas orçadas até janeiro de 2027. Ele observou ainda que o saldo de caixa havia sido considerado suficiente para financiar as operações da Organização até o final do exercício financeiro.

50. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do CFA.

Item 7.2: Projeto de Orçamento Administrativo para o ano financeiro de 2026/27

51. O Presidente do CFA informou que, durante sua 69ª reunião, o CFA havia observado que os pagamentos em atraso da Federação Russa referentes ao ano cafeeiro de 2024/25 resultariam na suspensão de seu status de Membro e em um aumento nas contribuições de certos Membros importadores para o Orçamento Administrativo do ano cafeeiro de 2026/27, de acordo com a Resolução 470 do CIC e os Artigos 12 e 20 do AIC de 2007. Como não havia sido alcançado um consenso entre os Membros importadores, a Secretaria havia preparado cinco cenários possíveis para apreciação, contidos nos documentos FA-411/26 Rev. 3a, FA-411/26 Rev. 3b, FA-411/26 Rev. 3c, FA-411/26 Rev. 3d e FA-411/26 Rev. 3e, e resumidos no Anexo I do documento FA-424/26. O Presidente explicou que, durante sua 70ª reunião, o CFA havia chegado a um consenso para recomendar a Revisão 3a, segundo a qual a parcela da Federação Russa nas contribuições de 2026/27 seria financiada pelo Fundo de Reserva até que o saldo pendente, juntamente com os pagamentos em atraso, fosse liquidado no ano cafeeiro de 2026/27, de acordo com o parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento de Finanças e Disposições Financeiras (documento ICC-102-8). Ele observou que essa abordagem resultaria em uma redução de 11,4% no orçamento de 2026/27 em comparação com as contribuições orçadas para o ano corrente.

52. O delegado da Indonésia agradeceu ao Presidente do CFA e à Secretaria pela elaboração do projeto revisado do Orçamento Administrativo para o ano cafeeiro de 2026/27 e por seus esforços para garantir o uso prudente e eficiente dos recursos da Organização. Ele observou que a redução proposta de 11,4% nas contribuições dos Membros para 2026/27 representava uma redução maior do que a redução de 3,5% proposta no projeto de Orçamento anterior e apoiou a utilização proposta do Fundo de Reserva. Ele observou ainda que o Fundo de Reserva permaneceria acima do limite de liquidação aplicável e enfatizou que sua utilização deveria continuar a estar em conformidade com as regras financeiras pertinentes, incluindo disposições relativas à sua reposição e à sustentabilidade da situação financeira da Organização. Ele incentivou a Secretaria a continuar garantindo uma gestão financeira prudente e o uso eficiente dos recursos, de modo que a execução do orçamento permanecesse sustentável e não afetasse negativamente as atividades essenciais da OIC e as prioridades acordadas.

53. O delegado da União Europeia, na qualidade de porta-voz dos Membros importadores, informou ao Conselho que o grupo apoiava o cenário proposto envolvendo a utilização do Fundo de Reserva (documento FA-411/26 Rev. 3a) ou da importância reservada (documento FA-411/26 Rev. 3c). Ele solicitou que a Secretaria continuasse a considerar medidas de longo prazo para identificar economias, mantendo, ao mesmo tempo, as funções essenciais e o mandato da Organização. Ele sugeriu também que os níveis salariais gerais da Organização fossem revistos como parte dessa análise.

54. O delegado de El Salvador observou que, embora a Organização enfrentasse uma situação financeira que precisava ser resolvida, a questão subjacente relativa à Federação Russa não deveria ser negligenciada. Ele enfatizou que, mesmo que se encontrasse uma solução para a situação financeira, a questão relativa à Federação Russa ainda precisaria ser tratada.

55. O delegado do Brasil, falando na qualidade de porta-voz dos Membros exportadores, observou que alguns Membros exportadores haviam manifestado preocupações quanto ao possível precedente para o uso do Fundo de Reserva, caso surgissem casos semelhantes de pagamentos em atraso no futuro. Acrescentou que haviam sido levantadas questões a respeito dos parâmetros e procedimentos que se aplicariam nessas circunstâncias.

56. O delegado do Brasil apoiou o uso excepcional do Fundo de Reserva para cobrir os atrasos incorridos por um Membro importador, ao mesmo tempo em que enfatizou a necessidade de maior transparência e esclarecimento quanto ao estabelecimento de tal precedente e ao uso futuro do fundo. Ele elogiou a sólida gestão financeira da Secretaria, que permitiu que o Fundo de Reserva acumulasse um superávit, e observou que outras reservas poderiam fortalecê-lo ainda mais,

refletindo a situação financeira da Organização e os esforços realizados. Ele notou que o uso excepcional do Fundo de Reserva era consistente com as funções regulatórias da Organização e ajudaria a garantir a implementação efetiva do mandato da Secretaria.

57. A delegada da Suíça observou que, embora não fosse o ideal, o uso do Fundo de Reserva era a única opção viável no momento. Ela enfatizou a necessidade de uma perspectiva de longo prazo, incluindo a identificação de reduções orçamentárias que não afetassem as funções essenciais da Organização e a revisão das faixas salariais, sempre que viável. Ela ressaltou a necessidade de considerar o ambiente financeiro mais amplo das organizações internacionais, em vez de se concentrar exclusivamente nos pagamentos em atraso da Federação Russa, destacou os riscos à reputação associados à situação em questão e, ao mesmo tempo, expressou a disposição da Suíça de colaborar com a Secretaria nessas questões orçamentárias no futuro.

58. O delegado do Reino Unido reiterou as intervenções da União Europeia e da Suíça. Ele enfatizou a importância da contenção financeira e da otimização dos recursos, apoiou o uso do Fundo de Reserva ou da importância reservada para cobrir os pagamentos em atraso do ano corrente e ressaltou a necessidade de identificar uma solução sustentável a longo prazo.

59. A delegada das Filipinas manifestou apoio à declaração feita pelo porta-voz dos Membros exportadores. Ela reconheceu as pressões financeiras enfrentadas pela OIC e enfatizou a importância de uma gestão financeira sólida, da transparência, da prestação de contas e do uso prudente dos recursos. Ela ressaltou que a utilização do Fundo de Reserva devia estar em conformidade com as normas financeiras aplicáveis e ser acompanhada de reposição oportuna, a fim de preservar sua capacidade de apoiar a resiliência financeira da Organização. Ela também enfatizou a necessidade de priorizar as despesas, aumentar a eficiência e garantir uma gestão orçamentária responsável, e reafirmou o compromisso das Filipinas de cumprir suas obrigações financeiras para com a Organização.

60. O delegado da Noruega agradeceu à equipe da OIC e à Suíça pela organização da sessão do Conselho e manifestou apoio à declaração da União Europeia em nome dos Membros importadores, bem como às observações feitas pela Suíça e pelo Reino Unido. Ele apoiou o uso do Fundo de Reserva como uma resposta temporária, ao mesmo tempo em que ressaltou que não se tratava de uma solução permanente para a questão dos pagamentos em atraso da Federação Russa. O delegado da Noruega enfatizou a necessidade de identificar soluções de longo prazo dentro da estrutura financeira da Organização, preservando suas funções essenciais e seu mandato, inclusive por meio da análise de grandes itens de despesa orçamentária, como os níveis salariais.

61. O Presidente observou um consenso geral para aprovar o uso excepcional do Fundo de Reserva para compensar as contribuições da Federação Russa, bem como o Orçamento Administrativo revisado. Ele observou que os Membros haviam enfatizado consistentemente a necessidade de usar os recursos de forma prudente e eficiente e agradeceu à Secretaria por seus esforços nesse sentido.

62. O Conselho aprovou o Projeto de Orçamento Administrativo contido no documento FA-411/26 Rev. 3a e posteriormente publicado como documento ICC-142-12.

Item 7.3: Distribuição de votos para o cálculo das contribuições para o ano cafeeiro de 2026/27

63. O Presidente do CFA apresentou o documento ICC-142-3, que continha a base estatística para a distribuição proposta de votos entre Membros exportadores e importadores e a distribuição de votos para o ano cafeeiro de 2026/27.

64. O Conselho aprovou a distribuição de votos para o cálculo das contribuições para o ano cafeeiro de 2026/27, contida no documento ICC-142-3.

Item 7.4: Relatório sobre a coleta de contribuições de Membros em atraso

65. O Presidente do CFA observou que a Chefe de Finanças e Administração havia apresentado um relatório sobre a coleta de contribuições em atraso, contido no documento FA-421/26, e que aproximadamente 90% das contribuições do ano corrente haviam sido recebidas até o momento, o que representava uma melhora em relação aos anos anteriores.

66. A delegada do Japão incentivou os Membros com contribuições em atraso a quitá-las sem demora e encorajou a Secretaria a continuar seus esforços para cobrar as contribuições em atraso dos Membros, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da OIC.

67. A delegada da Suíça reiterou as observações feitas pelo Japão e enfatizou a importância de a Secretaria antecipar, na medida do possível, onde poderiam surgir pagamentos em atraso.

68. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do Comitê de Finanças e Administração (CFA) sobre a cobrança de contribuições de Membros em atraso.

Item 7.5: Contas do Fundo Fiduciário relativas ao exercício financeiro de 2024/25 e Relatório de Auditoria

69. O Presidente do CFA apresentou o documento FA-405/26 Rev. 1, que continha as contas do Fundo Fiduciário para o exercício financeiro de 2024/25 e o relatório de auditoria, e observou que o CFA havia recomendado sua aprovação pelo Conselho.

70. O Conselho aprovou o documento FA-405/26 Rev. 1

Item 7.6: Cargo de Diretor(a) Executivo(a) – Mandato 2027-2032

71. O Presidente do CFA lembrou que a Diretora Executiva havia manifestado sua disponibilidade de buscar a recondução de seu mandato, dependendo da confirmação do apoio do Governo do Brasil, necessário para que a renovação pudesse ser formalmente considerada. Ele também observou que os termos de referência utilizados para sua nomeação original haviam sido distribuídos para comentários dos Membros (ver documento ICC-129-6). Ele explicou que, embora algumas observações tivessem sido feitas verbalmente, ainda não haviam sido recebidos comentários por escrito. O presidente do CFA acrescentou que, em sua opinião, os termos de referência existentes eram suficientemente gerais para serem mantidos e convidou novamente os Membros a apresentarem quaisquer propostas de alteração.

72. O delegado da Indonésia agradeceu ao Presidente do CFA pelas informações atualizadas sobre o processo relativo ao cargo de Diretor(a) Executivo(a) para o mandato de 2027–2032. Ele apoiou a reutilização dos termos de referência aplicados no processo de recrutamento de 2021 como base para o processo de nomeação ou recondução em questão, sujeito a quaisquer revisões decorrentes dos comentários dos Membros.

73. O delegado do Brasil endossou formalmente a recondução da Dra. Vanúsia Nogueira como Diretora Executiva da OIC, observando que sua proposta era resultado de amplas consultas com representantes do governo e do setor privado a nível nacional. Ele também relatou as consultas realizadas com as delegações dos Membros em Londres, que, de modo geral, demonstraram apreço e apoio à liderança da Diretora Executiva, embora reconhecendo que

algumas críticas também tivessem sido expressas. O delegado do Brasil enfatizou que a recondução da Diretora Executiva proporcionaria continuidade à liderança da Organização e permitiria que ela permanecesse focada no cumprimento de seu mandato e na defesa dos interesses dos países exportadores e importadores de café.

74. O delegado da União Europeia saudou o apoio do Brasil à recondução da Diretora Executiva e reconheceu a importância da continuidade. Ele, no entanto, ressaltou a necessidade de rever o nível hierárquico do cargo, observando que a questão já havia sido levantada anteriormente por vários Membros. Ele considerava que o atual nível de Subsecretário-Geral (*Under-Secretary-General* – USG) era elevado em comparação com cargos equivalentes no sistema das Nações Unidas e desproporcional em relação ao tamanho da Secretaria da OIC, observando, em particular, que o cargo de Chefe de Operações havia sido recentemente rebaixado. Ele enfatizou que suas observações não tinham a intenção de ser uma crítica à Diretora Executiva, mas sim uma questão de coerência institucional e de risco à reputação da Organização. Além disso, observou que a União Europeia ainda não estava em condições de apoiar a recondução e sugeriu que fosse convocada uma sessão extraordinária do Conselho para permitir que os Membros analisassem a questão e discutissem mais a fundo o grau do cargo.

75. O delegado do Brasil acolheu com satisfação a oportunidade de discutir a questão de forma transparente e destacou a importância de diferenciar entre o salário do(a) Diretor(a) Executivo(a) e o status e a relevância da Organização. Ele destacou a sólida situação financeira da OIC e os esforços dos Membros para manter suas contribuições em dia, observando que isso demonstrava seu compromisso com a Organização e o valor que atribuíam a ela como fórum multilateral setorial. Ele enfatizou que o status da Diretora Executiva refletia a responsabilidade de representar os interesses do setor cafeeiro global e de suas diversas partes interessadas e concluiu ressaltando a importância de tratar dessas questões no melhor interesse da Organização.

76. O delegado da Noruega agradeceu aos Membros pela discussão construtiva e reconheceu a importância de se reconhecer o status e as responsabilidades do(a) Diretor(a) Executivo(a), observando que o cargo refletia a amplitude do trabalho da Organização e os diversos interesses e responsabilidades que ela representava. Ao mesmo tempo, ele apoiou os pontos levantados pela União Europeia quanto à necessidade de considerar os níveis salariais à luz da situação financeira da Organização. Ele observou as possíveis implicações de mudanças na composição dos Membros para a sustentabilidade financeira da Organização e sugeriu que os Membros considerassem formas de reduzir ou reestruturar o salário do(a) Diretor(a) Executivo(a) para melhor refletir a posição financeira da Organização e a estrutura salarial geral. Ele ressaltou, no

entanto, que qualquer ajuste deveria ser acordado por consenso e resultar em uma solução aceitável para todos os Membros.

77. O delegado de El Salvador destacou que a renovação do mandato da Diretora Executiva e as discussões mais amplas sobre escalas de vencimentos, a estrutura da Organização e reduções de custos eram questões distintas. Ele reconheceu a importância de otimizar os recursos, mas advertiu contra vincular essas questões ou buscar reduções sem considerar suas implicações mais amplas. Ele observou que reduções contínuas de cargos e salários poderiam dar a impressão de um rebaixamento da estrutura salarial geral da Organização e poderiam comprometer suas funções essenciais e sua capacidade. Ele enfatizou a importância de manter uma liderança forte e devidamente qualificada para a OIC, dado seu papel na representação do setor cafeeiro global e no apoio aos meios de subsistência que dele dependiam. Por fim, ele observou que as economias deveriam, portanto, ser buscadas por meio do uso cuidadoso e estratégico dos recursos, levando em conta as necessidades e prioridades mais amplas da Organização e garantindo que reduções em uma área não enfraquecessem a capacidade em outras.

78. O delegado da Costa Rica apoiou a recondução da Dra. Vanúsia Nogueira. Falando da perspectiva de um produtor de café, ele enfatizou que, como os agricultores precisavam se adaptar continuamente e "se reinventar" em resposta às mudanças nas condições climáticas, a Organização também precisava permanecer atenta às circunstâncias em constante mudança. Ele observou que a OIC poderia precisar de reestruturação e que sua visão, missão e funções deveriam ser revistas. Ele concordou que essas questões institucionais mais amplas deveriam ser discutidas em uma reunião separada e enfatizou a importância de distinguir entre o que era importante e o que era necessário.

79. O delegado da Colômbia apoiou a recondução da Dra. Vanúsia Nogueira ao cargo de Diretora Executiva e concordou com a proposta de realizar uma sessão extraordinária do Conselho, conforme sugerido pela União Europeia, ao mesmo tempo em que observou que a questão dos salários deveria ser tratada em um item separado da ordem do dia, independentemente da decisão tomada sobre a recondução.

80. O delegado de El Salvador reiterou as declarações feitas pelos delegados da Costa Rica e da Colômbia com relação à recondução da Dra. Vanúsia Nogueira. Ele ressaltou a importância de avançar nas questões em que fosse possível chegar a um consenso, ao mesmo tempo em que reconheceu que outros assuntos, incluindo a reestruturação dos níveis salariais, exigiam discussão mais aprofundada. Ele também observou que, do ponto de vista jurídico, os salários

atuais não poderiam ser simplesmente reduzidos e sugeriu que o Conselho prosseguisse com a recondução, adiando outras questões para discussão em uma fase posterior.

81. O delegado do Brasil agradeceu à Costa Rica, à Colômbia e a El Salvador pelo apoio. Ele destacou a diversidade da Organização como um de seus pontos fortes e observou que a participação de produtores e cafeicultores nas discussões refletia a relevância e a importância da OIC.

82. O Presidente tomou nota do apoio geral manifestado à recondução da Dra. Vanúsia Nogueira. Ele ressaltou que a recondução da Diretora Executiva e as questões mais amplas relativas à estrutura da Organização e aos níveis salariais não deveriam ser confundidas, embora reconhecesse que estivessem relacionadas. Ele enfatizou que qualquer revisão da estrutura da Organização e dos níveis salariais deveria ser realizada de maneira pragmática e organizada, ao mesmo tempo em que questionou se uma sessão extraordinária do Conselho em uma fase posterior seria suficiente para tratar da questão da reestruturação e observou que seriam necessários trabalhos preparatórios e negociações adicionais com antecedência. Com relação ao cargo de Diretor(a) Executivo(a), ele observou que a Dra. Vanúsia Nogueira havia enfatizado a importância do status do cargo e seu impacto sobre a Organização, em vez de suas implicações financeiras. Ele ressaltou que essas considerações mais amplas, incluindo a relação da Organização com o sistema das Nações Unidas e a base para determinar a classificação dos cargos, deveriam ser levadas em conta nas discussões sobre a estrutura da Organização.

83. O Presidente também enfatizou a importância de manter a capacidade da OIC de atrair e reter pessoal altamente qualificado, observando que o status e os níveis salariais oferecidos haviam contribuído para sua capacidade de atrair funcionários talentosos e alertando que reduções excessivas poderiam afetar isso. Ele também lembrou que uma análise externa sobre esse tema havia sido aprovada pelo Conselho no passado. Nesse contexto, ele sugeriu que as negociações relativas ao salário do(a) Diretor(a) Executivo(a) fossem conduzidas por um pequeno grupo — possivelmente um subgrupo do CFA —, com uma recomendação a ser posteriormente apresentada ao Conselho, e convidou os Membros a apresentarem suas opiniões tanto sobre essa abordagem quanto sobre a possibilidade de uma revisão mais profunda da estrutura da Organização.

84. O delegado da Costa Rica manifestou apoio à abordagem proposta de um grupo mais restrito para discutir o assunto e enfatizou a urgência de uma revisão mais ampla da estrutura da OIC. Ele observou a necessidade de reconsiderar a visão, a missão, o modelo de cooperação e a governança da Organização à luz dos desafios em constante mudança enfrentados por produtores

e consumidores, bem como do papel em evolução do setor privado e de outras partes interessadas. Ele manifestou sua disposição de participar dessa revisão e ressaltou que qualquer reestruturação deveria ser abordada com cautela, equilibrando a necessidade de eficiência com a importância de preservar a capacidade e o papel futuro da Organização.

85. O delegado de El Salvador concordou com a Costa Rica e ressaltou que os Membros tiveram tempo suficiente para se consultar sobre essas questões. Ele questionou a necessidade de um novo adiamento e pediu esclarecimentos sobre os motivos do atraso, enfatizando a importância de avançar com decisões para adaptar e fortalecer a Organização.

86. Ao mesmo tempo em que elogiou o Presidente por sua liderança, o delegado do Brasil se uniu a outras delegações ao enfatizar a necessidade de ir além das questões administrativas e retornar ao trabalho central da Organização no setor cafeeiro.

87. O delegado da União Europeia reiterou a proposta de realizar uma sessão extraordinária do Conselho, observando que isso demonstraria o dinamismo da Organização e proporcionaria uma oportunidade para considerar a recondução da Diretora Executiva e assuntos relacionados. Ele ressaltou que não considerava necessária a criação de um comitê separado, uma vez que a questão poderia ser tratada diretamente e de forma relativamente simples, e observou que a classificação do cargo também era relativamente direta, destacando o sistema das Nações Unidas como uma possível base para determinar o nível salarial aplicável. Em resposta à pergunta de El Salvador sobre o motivo do atraso, ele esclareceu que a Dra. Vanúsia Nogueira havia, anteriormente, apenas manifestado informalmente seu interesse em buscar a recondução. No entanto, observou que o processo poderia agora avançar, tendo em vista o apoio formal do Brasil.

88. O Presidente confirmou que a decisão sobre a recondução da Diretora Executiva seria adiada para uma sessão extraordinária do Conselho e compartilhou seu entendimento de que tal sessão se concentraria exclusivamente na renovação do mandato da Diretora Executiva, sendo que qualquer discussão adicional sobre os níveis salariais seria tratada separadamente em uma fase posterior.

Item 8: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado
Item 8.1: Plataforma de Inteligência de Mercado da OIC
Item 8.2: Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC)
Item 8.3: Parcerias

89. A Diretora Executiva apresentou uma visão geral dos recentes desdobramentos no mercado global de café, utilizando a nova Plataforma de Inteligência de Mercado do Café da OIC para ilustrar as tendências de produção, consumo e preços. Ela explicou que a plataforma interativa consolidava informações de mercado, oferecendo acesso público gratuito a preços indicativos diários de mercado e dados anuais de produção e consumo para mais de 200 países. Ela informou que a produção global de café no ano cafeeiro de 2025/26 deveria aumentar em 4,4%, para aproximadamente 184 milhões de sacas, impulsionada pelo ciclo bienal de produção na América do Sul, pela expansão contínua na África e pelas condições climáticas favoráveis na Ásia e na Oceania. A Diretora Executiva acrescentou que se esperava que o Brasil, o Vietnã e a Etiópia registrassem níveis de produção mais elevados e que o consumo global tivesse aumentado 4,3%, para 182 milhões de sacas, em 2024/25, impulsionado principalmente pela América do Norte e pela Europa, mas que a projeção era de um declínio de 0,8% em 2025/26. Ela observou que, na última década, o consumo havia crescido em média 1,3% ao ano, com crescimento particularmente forte observado na China e na Arábia Saudita, enquanto a demanda nos mercados maduros havia permanecido amplamente estável.

90. A Diretora Executiva explicou que, após quatro anos consecutivos de déficits de produção entre 2021/22 e 2024/25, previa-se um excedente de três milhões de sacas para 2025/26, com a produção devendo atingir um recorde de 183,6 milhões de sacas, contra um nível de consumo de 180,6 milhões de sacas. No entanto, ela enfatizou que o excedente continuava relativamente pequeno, representando menos de uma semana de consumo global. Quanto aos preços, ela informou que o Preço Indicativo Composto da OIC havia atingido um pico de 375 centavos de dólar por libra-peso em fevereiro de 2025, antes de cair para cerca de 253 centavos. Apesar dessa queda, os preços permaneceram aproximadamente duas vezes e meia mais altos do que seis anos anteriores. A Diretora Executiva observou que a recente desaceleração refletia as expectativas de um excedente de produção e de uma recuperação nos estoques certificados, embora os preços continuassem voláteis. Ela destacou a incerteza contínua decorrente das tensões geopolíticas, das tarifas comerciais, dos custos mais elevados de fertilizantes e transporte marítimo e do impacto potencial do El Niño nos países produtores de café.

91. A Diretora Executiva apresentou o andamento da implementação do Programa de Atividades para o ano cafeeiro de 2025/26, estruturado em torno das metas estratégicas da

Organização. Ela destacou as principais realizações do Departamento de Estatística no âmbito da Meta Estratégica I, "Disponibilizar dados, análises e informações de categoria mundial ao setor e aos formuladores de políticas", bem como a organização de sessões do Conselho, reuniões de comitês, grupos de trabalho e grupos de discussão no âmbito da Meta Estratégica II, "Usar o poder convocatório da Organização para instrumentalizar um fórum para o diálogo entre os setores público e privado e dentro deles". Ela também destacou seu envolvimento com os Membros, incluindo 10 visitas oficiais a sete países durante a segunda metade do ano cafeeiro, e os esforços de comunicação que geraram mais de 1,3 milhão de visitas ao site e aumentaram o número de seguidores da Organização nas redes sociais. No âmbito da Meta Estratégica III, "Facilitar o desenvolvimento de projetos e de programas de promoção através de parcerias público-privadas", ela delineou os avanços alcançados pela Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC), incluindo a revisão em andamento de seu Roteiro para 2030, o envolvimento com os sherpas e a admissão da Café Direct como novo membro do setor privado. Ela destacou o trabalho em relação à renda digna e próspera, à agricultura regenerativa e à mecanização, bem como o apoio prestado aos Membros no que diz respeito ao EUDR, inclusive por meio de mapeamento de dados, orientação sobre geolocalização, ferramentas nacionais de verificação de legalidade e comunidades regionais de aprendizagem. Ela também relatou a assinatura de memorandos de entendimento com a Organização Interafricana do Café (OIAC) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

92. A Diretora Executiva analisou ainda as parcerias da OIC com agências de desenvolvimento, organizações internacionais e associações do setor privado, incluindo a Associação de Cafés Especiais (SCA), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a FAO, o Grupo do Banco Mundial, o Instituto Florestal Europeu (EFI), o ITC, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)e organizações regionais de café. As atividades incluíram assistência técnica, cooperação estatística, capacitação, webinars, intercâmbio de informações de mercado e apoio à produção sustentável de café e à conformidade regulatória. Ela também destacou o apoio contínuo da Itália por meio do programa de Oficiais Profissionais Júniores e sua liderança na iniciativa global de sustentabilidade do café lançada durante sua presidência do G7 em 2024. Por fim, ela saudou o reconhecimento da Assembleia Geral das Nações Unidas do Dia Internacional do Café (DIC) e anunciou o relançamento do site do DIC como uma plataforma para promover o consumo de café, aumentar a visibilidade do setor e destacar a contribuição do café para o desenvolvimento sustentável.

93. O Presidente agradeceu à Diretora Executiva pelo relatório abrangente e elogiou a Organização pela amplitude de suas atividades e pelo envolvimento com as partes interessadas em todo o setor cafeeiro global.

94. O delegado da UE-Itália parabenizou a Secretaria por seu trabalho e saudou a nova Plataforma de Inteligência de Mercado do Café. Ele expressou ter se interessado particularmente em explorar seus recursos e incentivou a Secretaria a considerar a incorporação de dados sobre café descafeinado, sempre que viável, tendo em vista a crescente importância desse segmento do mercado.

95. O delegado da Colômbia parabenizou a Diretora Executiva pelo relatório detalhado, observando que ele demonstrava o dinamismo da Organização. Ele acolheu com satisfação a nova Plataforma de Inteligência de Mercado do Café, enfatizando seu potencial para estabelecer o site da OIC como a principal fonte de fatos e números relacionados ao café para usuários em todo o mundo. Ele também apoiou a inclusão de dados sobre o café descafeinado para garantir a cobertura de todos os segmentos da cadeia de valor do café.

96. O delegado da Costa do Marfim agradeceu à Diretora Executiva e à Secretaria por seus esforços para elevar o perfil e a visibilidade da Organização. Ao mesmo tempo em que saudou os esforços da Diretora Executiva para estabelecer parcerias, ele solicitou uma avaliação de sua implementação e impacto nos países produtores de café. Ele também enfatizou a importância de garantir que os países africanos produtores de café fossem melhor informados sobre as atividades da Organização e os benefícios decorrentes de suas parcerias e iniciativas, incluindo aquelas relacionadas à renda digna, à modernização agrícola e à sustentabilidade do café. Observando a ausência de países africanos entre as regiões representadas nos dados de tráfego do site, apesar da contribuição da África para a produção global de café e da presença de grandes produtores como a Etiópia e Uganda, ele perguntou se seriam necessários maiores esforços por parte dos Membros africanos ou da Secretaria para aumentar o envolvimento com as comunicações da Organização. O delegado propôs fortalecer a cooperação com a Associação dos Cafés Finos da África (AFCA) e a OIAC para divulgar informações de forma mais ampla por todo o continente e garantir que as partes interessadas africanas estivessem mais bem informadas sobre as atividades da OIC e seus resultados.

97. A Diretora Executiva explicou que as visitas ao site e o engajamento nas redes sociais refletiam um interesse gerado organicamente, e não uma promoção direcionada, mas concordou em explorar maneiras de aumentar o engajamento em países-membros específicos.

98. A delegada das Filipinas agradeceu à Diretora Executiva e à Secretaria pelo relatório abrangente e saudou o lançamento iminente da Plataforma de Inteligência de Mercado do Café, enfatizando a importância de fornecer informações de mercado oportunas e confiáveis em todas

as regiões, incluindo a Ásia e o Pacífico. Ela também saudou o envolvimento da Secretaria com organizações internacionais, incluindo a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), parceiros de desenvolvimento e o setor privado, expressando a esperança de que essas parcerias se traduzissem em apoio concreto aos países produtores de café e aos cafeicultores. Ela expressou seu agradecimento pelo compartilhamento regular dos relatórios de missão e incentivou a continuação das atualizações por meio do site da OIC e das redes sociais para promover a transparência e ampliar o acesso à informação. Por fim, a delegada das Filipinas elogiou o trabalho da Secretaria em relação às mudanças nos marcos regulatórios que afetam o setor cafeeiro, particularmente na facilitação do diálogo e da troca de informações sobre sustentabilidade, rastreabilidade e conformidade ambiental, e reafirmou o compromisso das Filipinas de trabalhar de forma construtiva com a Secretaria e os demais Membros.

99. A delegada da Suíça, juntando-se a outros Membros, parabenizou a Diretora Executiva e a Secretaria pelo extenso trabalho realizado ao longo do ano cafeeiro e enfatizou a importância da transparência e da prestação de contas. Ela acolheu com satisfação a nova Plataforma de Inteligência de Mercado do Café e destacou o envolvimento de parceiros suíços em sua fase de testes. Ela também endossou os esforços para fortalecer as sinergias com outras organizações internacionais.

100. O delegado da Índia agradeceu à Diretora Executiva pelo relatório abrangente, em particular pelas atualizações sobre a evolução do mercado e as parcerias, e parabenizou a Secretaria pelo lançamento iminente da Plataforma de Inteligência de Mercado do Café. Ele sugeriu a organização de sessões técnicas adicionais após o lançamento para ajudar os Membros a compreender e utilizar melhor a plataforma. Por fim, reconheceu o trabalho da Secretaria em relação ao EUDR e a outros marcos regulatórios, destacando a importância da OIC e da FTPPC em reunir as partes interessadas relevantes para desenvolver soluções práticas.

101. A delegada do Peru parabenizou a Diretora Executiva pelo trabalho realizado e acolheu com satisfação a Plataforma de Inteligência de Mercado do Café, destacando seu potencial para beneficiar produtores e partes interessadas em toda a cadeia de valor do café. Ela também enfatizou a importância de fortalecer as sinergias temáticas com outras organizações internacionais, particularmente a FAO e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), para aprimorar a cooperação e a coordenação sobre questões relacionadas ao café.

102. O Conselho tomou nota do relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado.

103. O Conselho tomou nota do relatório sobre a Plataforma de Inteligência de Mercado da OIC.

104. O Conselho tomou nota do relatório sobre a Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC).

105. O Conselho tomou nota do relatório sobre parcerias.

Item 8.4: Consumo futuro de café

106. O Diretor Executivo da SCA, Sr. Yannis Apostolopoulos, apresentou as conclusões preliminares de um estudo sobre o consumo de café e as tendências emergentes de consumo em 12 mercados, com foco nas gerações mais jovens. Ele destacou as diferenças regionais nas preferências dos consumidores, incluindo o crescente interesse pela origem, sabor, qualidade e experiências relacionadas ao café, particularmente nos mercados produtores e emergentes. Ele ressaltou a importância de compreender os padrões locais de consumo e de desenvolver experiências acessíveis, inovadoras e personalizadas para atrair os consumidores mais jovens. Por fim, ele identificou três prioridades para o setor: fortalecer o consumo interno nos mercados produtores e emergentes, promover a origem do café como fonte de descoberta e experiência e avançar na sustentabilidade por meio de práticas do setor e marcos normativos.

107. O Presidente agradeceu ao Sr. Apostolopoulos pela apresentação das conclusões, destacando a importância da cooperação entre a OIC e organizações como a SCA. Ele observou que a pesquisa desafiava suposições estabelecidas sobre o setor cafeeiro e incentivou a reflexão entre as partes interessadas, particularmente o setor privado, sobre suas possíveis implicações.

108. Em resposta a uma pergunta do delegado da Costa do Marfim, o Sr. Apostolopoulos explicou que a pesquisa ainda não havia sido divulgada publicamente e que um relatório completo era esperado nos próximos meses. Ele se ofereceu para compartilhar a apresentação com a Secretaria e os Membros da OIC para uso interno, enfatizando que ela deveria permanecer confidencial e não ser divulgada publicamente nem reproduzida antes do lançamento do relatório completo, que forneceria o contexto necessário para a interpretação das conclusões.

109. O Conselho tomou nota do relatório sobre o consumo futuro de café, apresentado pelo Diretor Executivo da SCA.

Item 9: Instalações

Item 9.1: Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC (WGDP)

110. O Presidente do WGDP, o Embaixador Francisco Lima, de El Salvador, apresentou um relatório sobre as quatro reuniões do WGDP realizadas entre maio e setembro de 2026. Ele relembrou os antecedentes da questão das instalações, incluindo a prorrogação do contrato de locação atual do escritório da OIC até 2029, enfatizou que a autoridade para decidir sobre a mudança cabia exclusivamente ao Conselho e explicou que o WGDP havia sido criado para proporcionar aos Membros um entendimento comum baseado em fatos e as informações necessárias para a tomada de decisões bem fundamentadas. Para esse fim, explicou que o WGDP havia recebido e analisado informações sobre o contexto das instalações — incluindo dados atualizados sobre o mercado imobiliário de Londres, estimativas de custos com pessoal e realocação, e consultas às autoridades competentes do Reino Unido —, bem como sobre as propostas da Itália e da Suíça para sediar a OIC em Roma e Genebra, respectivamente. Ele observou que a Itália havia confirmado que sua oferta continuava válida e que o Reino Unido, por sua vez, havia esclarecido que não estava em condições de apresentar uma proposta substancial, seja financeira quanto relativa às instalações.

111. O Presidente do WGDP também apresentou um esboço de roteiro delineando possíveis próximos passos, incluindo uma decisão do Conselho sobre a permanência no Reino Unido ou o recebimento de novas ofertas dos Membros, seguida, se necessário, por uma decisão sobre a futura localização da sede até abril de 2027. Ele observou que o processo precisaria ser concluído até junho de 2029. Por fim, ele agradeceu aos Membros por sua participação nos trabalhos do WGDP e observou que as informações coletadas haviam proporcionado ao Conselho uma base mais abrangente para sua decisão, que envolveria considerações práticas e financeiras, bem como uma importante dimensão política.

112. O Presidente do Conselho agradeceu ao Embaixador Lima por seu relatório e o elogiou por sua condução profissional e diplomática do WGDP, destacando o significativo progresso alcançado.

113. Os delegados de Brasil, Colômbia, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Peru, Reino Unido, Suíça, União Europeia e UE-Itália reiteraram as observações do Presidente do Conselho, expressando seu apreço pelo trabalho dedicado e pela liderança competente do Embaixador Francisco Lima na complexa questão das instalações da OIC.

114. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do WGDP.

Item 9.2: Decisão sobre a possível avaliação de novas propostas para sediar a OIC

115. Embora observando que o roteiro fornecia uma base sólida para a apreciação do item 9.2, o Presidente do Conselho esclareceu que ainda não havia sido tomada nenhuma decisão sobre o recebimento de novas ofertas para sediar a sede da OIC. Ele enfatizou que a questão submetida aos Membros era se deveriam ser exploradas opções adicionais, e não se a Organização deveria ser transferida, e convidou as delegações a expressarem suas opiniões sobre a abertura do processo a novas manifestações de interesse.

116. A delegada da UE-Itália reafirmou o forte compromisso da Itália com o setor global do café, destacando o papel significativo do país nas importações, no processamento e no consumo de café, bem como seu consolidado setor privado e seus laços culturais com o café. Ela enfatizou o compromisso da Itália com a cooperação multilateral e o desenvolvimento sustentável, observando que Roma abrigava três agências da ONU voltadas para a segurança alimentar, o desenvolvimento agrícola e a transformação rural. Ela anunciou que um evento de alto nível seria realizado em Roma, em outubro de 2026, para discutir a sustentabilidade e a resiliência do setor cafeeiro e para lançar, em parceria com o Grupo Banco Mundial, um mecanismo global de financiamento público-privado com base na iniciativa da Presidência italiana do G7 de 2024 para apoiar cadeias de valor sustentáveis, especialmente para pequenos agricultores. Ela reiterou a oferta formal da Itália de sediar a OIC em Roma (documento ED-2498/26), argumentando que a mudança estaria alinhada com o mandato e as necessidades operacionais da Organização e geraria uma economia anual de até 800.000 libras esterlinas por meio de custos de aluguel mais baixos e ajustes de posto reduzidos. Ela saudou a criação do WGDP, elogiou a liderança do Embaixador Francisco Lima e pediu uma avaliação transparente, inclusiva e baseada em evidências das opções disponíveis, incentivando uma análise minuciosa da proposta da Itália, a única oferta formal apresentada até o momento.

117. O delegado da Indonésia tomou nota do progresso alcançado, incluindo as informações sobre os mercados imobiliários, o pessoal e os custos de realocação em Genebra, Londres e Roma. Ele apoiou o roteiro proposto como uma estrutura transparente e ordenada para a tomada de decisões, enfatizando a necessidade de considerar as implicações financeiras e a relação custo-benefício de cada opção, ao mesmo tempo em que se garantia a continuidade operacional da Organização. Ele também acolheu com satisfação a oportunidade para que os Membros considerassem mais detalhadamente as ofertas e manifestações de interesse dos possíveis países anfitriões antes de tomar uma decisão.

118. O delegado do Reino Unido reafirmou que seu país valorizava a presença de longa data da OIC em Londres, desde 1963, e seu papel na promoção da cooperação internacional e da sustentabilidade no setor cafeeiro. Embora reconhecendo as considerações práticas e financeiras enfrentadas pelos Membros, ele reiterou que, após consultas aos departamentos governamentais relevantes, o Reino Unido não estava em condições de fazer uma oferta financeira ou de instalações substancial comparável às de outros possíveis países anfitriões. No entanto, ele expressou o desejo do Reino Unido de que a OIC permanecesse em Londres, observando que os acordos e o apoio existentes continuariam a vigorar enquanto a sede permanecesse no país. Ele também destacou a disponibilidade de instalações mais acessíveis em Londres e a importância de manter a estabilidade da Organização, antes de destacar a relevância econômica do setor cafeeiro do Reino Unido, que sustentava mais de 430.000 empregos e era responsável por um consumo interno substancial.

119. A delegada das Filipinas enfatizou a importância da praticidade, da eficiência de custos e da prudência financeira, pedindo uma avaliação transparente e abrangente de todas as opções, incluindo custos de aluguel e operacionais, despesas de realocação, sustentabilidade financeira de longo prazo e possíveis implicações para as contribuições dos Membros. Ela também ressaltou que qualquer decisão deveria fortalecer a eficácia e a inclusão da OIC, garantindo ao mesmo tempo que uma possível transição não interrompesse as atividades e serviços essenciais da Organização. Concluiu reafirmando a disposição das Filipinas de colaborar de forma construtiva com outros Membros para identificar uma solução prática e sustentável.

120. O delegado do Brasil reconheceu as intenções da Itália e da Suíça, bem como a disposição do Reino Unido de continuar a sediar a Organização, observando que essas manifestações de interesse refletiam a importância atribuída à OIC. Reconhecendo as implicações administrativas e políticas da decisão e sem prejuízo da análise das propostas apresentadas, ele expressou a preferência atual do Brasil por uma solução que garantisse a continuidade e permitisse à OIC cumprir seu mandato principal de forma eficaz.

121. Em resposta a uma pergunta do delegado do Japão, o Presidente do Conselho esclareceu que explorar outras opções significaria acolher outras ofertas sem pré-julgar o resultado nem comprometer a Organização com a mudança de sede.

122. O delegado da Colômbia manifestou apoio à avaliação de ofertas adicionais e propôs o estabelecimento de um prazo para a apresentação das mesmas. Ele enfatizou a importância de comparar os valores de todas as opções disponíveis antes de decidir se a OIC deveria permanecer no Reino Unido ou considerar um local alternativo.

123. A delegada da Suíça enfatizou que o futuro das instalações da OIC era uma questão estratégica com implicações significativas a longo prazo e destacou a importância de um processo estruturado, com um cronograma claro, que não prejudicasse o mandato principal da Organização. Ela acolheu favoravelmente o roteiro proposto pelo WGDP e reafirmou formalmente o compromisso da Suíça de sediar a OIC em Genebra, caso o Conselho decidisse explorar opções além do Reino Unido. Ela confirmou que o Governo suíço havia realizado os trabalhos preparatórios necessários e estava pronto para apresentar uma proposta bem fundada e adaptada às necessidades da Organização. Destacando as vantagens de Genebra, ela observou que a cidade abrigava 186 missões permanentes, o que permitia aos países-membros fazer uso eficiente de seu pessoal e infraestrutura existentes, bem como 45 organizações internacionais, proporcionando oportunidades de cooperação e acesso a conhecimentos técnicos especializados. Ela citou, entre outras, o ITC, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a OMC, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a UNCTAD, bem como a rede mais ampla de agências das Nações Unidas. Ela também se referiu ao potencial de sinergias temáticas destacado durante a sessão do Conselho e na reunião do FTPPC do dia anterior, bem como ao papel da Suíça no setor global do café e às suas iniciativas de sustentabilidade.

124. Com relação ao pacote de acolhimento proposto, a delegada da Suíça explicou que, por meio da Fundação de Imóveis para Organizações Internacionais (*Fondation des Immeubles pour les Organisations Internationales* - FIPOI), a Suíça poderia fornecer espaço de escritório adaptado às necessidades da OIC, cobrir os custos de aluguel por um período inicial de quatro anos, com a possibilidade de prorrogar esse apoio, e fazer uma contribuição única para cobrir os custos de instalação e infraestrutura, a fim de ajudar a minimizar as despesas de realocação. Ela concluiu apresentando o Sr. Christian Gupser, Assessor de Políticas para a Política de País Anfitrião da Suíça no Departamento Federal de Relações Exteriores, que estava à disposição para responder às perguntas dos Membros sobre a proposta.

125. Quanto à possibilidade de receber novas ofertas, o delegado da União Europeia lembrou que a questão estava em discussão desde setembro de 2023 e considerou que o processo havia sido suficientemente transparente, dadas as extensas discussões e as informações técnicas fornecidas pela Secretaria para facilitar possíveis ofertas. Ele, portanto, expressou reservas quanto à reabertura formal do processo, ao mesmo tempo em que indicou que a União Europeia permaneceria flexível e pragmática e poderia aderir a um consenso a favor da exploração do roteiro apresentado. Ele ressaltou, no entanto, a importância de relembrar o contexto e o trabalho já realizado.

126. A delegada do Peru acolheu favoravelmente o roteiro e as contribuições feitas pela Itália, Suíça e Reino Unido. Ela ecoou a intervenção da Colômbia e endossou a proposta de manter o processo aberto a novas manifestações de interesse, considerando que isso reforçaria seu caráter inclusivo, transparente e participativo. Ela reafirmou o compromisso do Peru de contribuir de forma construtiva para o processo.

127. O delegado da Costa Rica aderiu à posição da Colômbia e do Peru, endossando a decisão de explorar novas ofertas para sediar a sede da OIC.

128. O delegado do Japão manifestou apoio à proposta de explorar novas ofertas para sediar a OIC, ao mesmo tempo em que enfatizou que a continuidade era essencial tanto para os Membros quanto para a Organização. Ele destacou que qualquer avaliação adicional deveria levar em conta não apenas as implicações financeiras, mas também fatores substantivos e operacionais, incluindo o trabalho da OIC em estatísticas, análise de mercado, cooperação internacional e parcerias público-privadas. Ele ressaltou a importância de garantir que qualquer possível acordo de receber a sede preservasse a continuidade e o cumprimento eficaz do mandato da Organização.

129. O delegado da Índia acolheu favoravelmente o roteiro proposto, enfatizando que a futura localização das instalações da OIC era uma decisão estratégica importante. Ele propôs o estabelecimento de critérios de avaliação claros para garantir um processo inclusivo, transparente e objetivo, e ressaltou que esses critérios poderiam abranger considerações financeiras e orçamentárias — incluindo custos de realocação, operacionais e administrativos —, bem como fatores estratégicos e de acessibilidade, possivelmente com ponderações adequadas. Sugeriu ainda que a OIC comunicasse claramente o processo, os critérios de avaliação e os prazos aos Membros, a fim de incentivar a participação e facilitar a apresentação de propostas.

130. Fazendo eco à intervenção do delegado da UE-Itália sobre o prazo que se aproximava para a identificação da futura sede da OIC e o tempo decorrido desde o início das discussões em Bengaluru, na Índia, o delegado da União Europeia sugeriu alterar o roteiro para incluir a possibilidade de realizar uma sessão extraordinária do Conselho antes de abril de 2027, em vez de se referir exclusivamente à sessão ordinária programada para esse período.

131. O Presidente do WGDP esclareceu que o roteiro previa que uma decisão fosse tomada até abril de 2027, embora reconhecesse que havia certa flexibilidade em relação às datas propostas. Ele enfatizou que, caso o Conselho decidisse transferir a sede da OIC, seriam necessários no mínimo dois anos para concluir os procedimentos diplomáticos e administrativos necessários e estabelecer as operações no novo país anfitrião, uma vez que as instalações atuais deveriam ser desocupadas

até junho de 2029. Ele ressaltou que o cronograma de tomada de decisão deveria levar esses requisitos em consideração e observou que o roteiro refletia as deliberações e considerações substantivas do WGDP, em vez de se limitar a apresentar uma comparação entre as propostas de sede.

132. A delegada da Suíça concordou com os pontos levantados pelo Presidente do WGDP e expressou forte preferência por seguir o roteiro e o cronograma proposto. Ela ressaltou a importância de conceder aos Membros tempo suficiente para examinar e avaliar as propostas de sede, uma vez apresentadas. Ela também reiterou que a realocação de uma organização internacional, fosse dentro ou fora do Reino Unido, exigia preparação adequada para minimizar interrupções nas operações da OIC, especialmente tendo em vista o prazo de junho de 2029 para desocupar as instalações atuais.

133. O delegado da Costa do Marfim manifestou preocupação com o fato de o processo ser tendencioso e correr o risco de novos atrasos na ausência de uma decisão clara sobre se a OIC deveria permanecer em Londres ou se mudar. Referindo-se à mudança da Organização Internacional do Cacau de Londres para Abidjan, ele ressaltou a importância de obter informações suficientes antes de decidir sobre a futura localização da OIC. Ele elogiou o Embaixador Lima e a Secretaria por seu trabalho e esclareceu que não estava propondo que os Membros decidissem sobre o assunto na sessão atual, mas sim que reunissem as informações necessárias para consultar suas capitais e tomassem uma decisão na próxima sessão extraordinária do Conselho. Ele questionou a relevância de explorar opções alternativas de sede caso os Membros decidissem, em última instância, permanecer em Londres e enfatizou que a próxima sessão deveria proporcionar uma oportunidade para decidir sobre o caminho a seguir.

134. O Presidente do Conselho reconheceu a necessidade de os Membros decidirem, eventualmente, se a OIC deveria permanecer em Londres ou se mudar, mas enfatizou que várias delegações consideravam as informações atualmente disponíveis insuficientes para tomar uma decisão fundamentada. Ele explicou que o objetivo de explorar opções alternativas de sede era obter as informações necessárias sobre as ofertas disponíveis e suas respectivas vantagens, permitindo assim que os Membros avaliassem as opções antes de decidir. Ele sustentou que essa etapa era necessária para avançar no processo e evitar mais incertezas, esclarecendo que a decisão sobre a futura localização da OIC não seria tomada na sessão atual nem na próxima sessão extraordinária, mas sim seguindo o processo proposto.

135. O delegado de El Salvador expressou preocupação com o fato de que o tempo extenso dedicado à questão das instalações estivesse desviando a atenção das discussões sobre assuntos

de importância direta para os produtores de café. Ele explicou que sua decisão de se oferecer como presidente do WGDP havia sido motivada pelo desejo de avançar na questão e permitir que o Conselho se concentrasse em suas prioridades centrais. Ele ressaltou que o roteiro proposto abrangia as diversas opções de sede, incluindo a possibilidade de permanecer no Reino Unido, e tinha como objetivo permitir que o WGDP preparasse as informações necessárias para que o Conselho tomasse uma decisão fundamentada até abril de 2027. Ele advertiu contra a reabertura de discussões anteriores sobre a adequação das informações disponíveis, argumentando que novos adiamentos prolongariam o processo sem beneficiar os produtores de café. Por isso, ele incentivou os Membros a prosseguirem com a análise das opções disponíveis e a permitirem que o processo estabelecido avançasse.

136. O delegado do Brasil reconheceu as preocupações levantadas pelos Membros que haviam estado envolvidos de perto nos trabalhos do WGDP e reconheceu a complexidade da questão. Ele ressaltou a importância de se chegar a uma decisão e, caso os Membros concordassem em explorar outras opções de sede, estabelecer um prazo claro para a apresentação de propostas. Observando que a questão já vinha sendo analisada há um período considerável e que a agenda da OIC continuava a se expandir, ele enfatizou a necessidade de concluir o processo dentro de um prazo definido, para que o Conselho pudesse voltar a se concentrar nas prioridades substantivas da Organização.

137. A delegada da Suíça reiterou as intervenções anteriores, ressaltando a importância de manter o foco do Conselho nas prioridades operacionais da OIC e enfatizando a necessidade de levar o processo adiante sem mais discussões circulares.

138. Levando em conta as sugestões dos Membros, o Presidente do Conselho confirmou que 31 de dezembro de 2026 seria o prazo para a apresentação de propostas de instalações adequadas, as quais seriam analisadas pelo WGDP antes de serem encaminhadas ao Conselho para decisão até abril de 2027. Ele leu em voz alta um projeto de decisão, elaborado pela Secretaria a seu pedido e exibido na tela.

139. Em resposta a uma pergunta da União Europeia sobre se seria necessária uma resolução, o Presidente esclareceu que o texto constituía uma decisão do Conselho e não uma resolução, e explicou que não era necessária uma sessão extraordinária para este item, uma vez que a sessão extraordinária proposta trataria apenas da nomeação do(a) Diretor(a) Executivo(a). Ele também acolheu com satisfação a proposta da União Europeia de descrever o roteiro como “indicativo”.

140. O Conselho aprovou a decisão, posteriormente publicada como ICC-142-5.

Item 9.3: Decisão sobre o mandato para exercer a cláusula de rescisão antecipada do contrato de locação

141. A Diretora Executiva apresentou o item 9.3 da ordem do dia e explicou que o contrato de locação atual do escritório da OIC incluía uma cláusula de rescisão antecipada que exigia que a OIC notificasse o locador até 15 de dezembro de 2026 caso desejasse desocupar as instalações em 2027. Ela observou que o exercício dessa cláusula exigiria que a Organização desocupasse as instalações até junho de 2027, com os preparativos para restaurar as instalações às condições exigidas começando no início ou meados de maio. Além disso, caso a cláusula não fosse exercida, a OIC poderia permanecer nas instalações até 16 de junho de 2029, sem incorrer em custos de deterioração, uma vez que o locador estaria reformando o prédio. Ela explicou que a questão havia sido incluída no roteiro com o objetivo de obter orientação do Conselho sobre o assunto.

142. Em resposta a uma pergunta do delegado do Brasil sobre os possíveis benefícios do exercício da cláusula de rescisão, a Diretora Executiva confirmou que a mudança para instalações mais baratas poderia gerar economia, mas observou que a mudança acarretaria custos atualmente não cobertos pelo orçamento, incluindo despesas de dilapidação, que precisariam ser financiadas pelo Fundo de Reserva ou pela importância reservada. Ela enfatizou que, caso o Conselho decidisse explorar outras opções de sede no âmbito do item 9.2, a Secretaria enfrentaria uma carga de trabalho substancial, incluindo a avaliação de propostas, a preparação para uma possível sessão extraordinária do Conselho, a identificação de instalações provisórias e a gestão do processo de mudança. Ela alertou que essas atividades precisariam ser realizadas em paralelo e que a OIC talvez tivesse que operar em instalações temporárias até que uma decisão final fosse tomada sobre sua futura localização. Por isso, ela destacou que uma abordagem de longo prazo em relação ao contrato de locação seria mais prática do que exercer a cláusula de rescisão antecipada e tentar a mudança em um curto prazo, ao mesmo tempo em que reiterou que a Secretaria implementaria qualquer decisão tomada pelo Conselho.

143. O delegado da União Europeia reconheceu as dificuldades práticas e os custos associados à mudança, mas expressou a opinião de que a OIC deveria exercer a cláusula de rescisão antecipada. Ele enfatizou a necessidade de uma abordagem pragmática, observando que a questão vinha sendo discutida há um tempo considerável e que o locador havia manifestado preocupações sobre o contrato de locação vários anos antes. Ele também observou que os termos atuais do contrato de locação eram particularmente favoráveis ao locador no contexto do mercado imobiliário de Londres e que instalações em outros locais poderiam oferecer opções mais econômicas. No entanto, ele indicou que a União Europeia respeitaria o consenso dos Membros caso decidissem permanecer em Londres.

144. O delegado da Indonésia manifestou apoio à concessão à Secretaria do mandato para exercer a cláusula de rescisão antecipada, mas ressaltou a necessidade de um acompanhamento oportuno, dada a exigência de desocupar as instalações até junho de 2027 e o tempo limitado disponível para se preparar para a mudança. O delegado incentivou a Secretaria a iniciar os preparativos sem demora, incluindo a identificação de instalações alternativas e a tomada de providências para garantir a continuidade operacional. Ele enfatizou que uma ação oportuna e coordenada seria essencial para minimizar os possíveis riscos jurídicos, financeiros e operacionais associados à mudança.

145. O delegado de El Salvador reconheceu que o exercício da cláusula de rescisão antecipada poderia reduzir os custos de aluguel, mas enfatizou os desafios práticos e a carga de trabalho adicional associados à mudança em um curto prazo. Ele observou que o orçamento aprovado cobria os custos de permanência nas instalações atuais e ressaltou que a mudança de uma organização com um vasto acervo de registros, arquivos e equipamentos exigia um planejamento cuidadoso e uma transição ordenada. Ele também destacou a capacidade limitada de pessoal da Secretaria e o trabalho substancial que se aproximava, incluindo os preparativos para a próxima sessão do Conselho na Colômbia. Reiterando que o conceito de economia deveria ser entendido como o uso sensato dos recursos, e não simplesmente como a redução de despesas, ele ressaltou a importância de salvaguardar a capacidade da Secretaria de realizar um trabalho substancial para os Membros. Por isso, ele manifestou sua preferência por não exercer a cláusula de rescisão antecipada, o que permitiria que a OIC permanecesse em suas instalações atuais até que uma decisão sobre sua futura localização pudesse ser implementada por meio de uma transição mais sistemática e ordenada, evitando assim a possível necessidade de duas mudanças.

146. A delegada da Suíça enfatizou a importância de garantir um processo de mudança tranquilo, que evitasse interrupções nas operações da OIC, independentemente de sua futura localização. Recordando que a mudança poderia exigir aproximadamente dois anos de preparação, ela ressaltou a necessidade de se conceder tempo suficiente para que a Secretaria planejasse e executasse a mudança. Fazendo eco das preocupações de El Salvador, ela alertou que uma dupla mudança, inclusive para instalações temporárias, poderia resultar em custos adicionais que compensariam uma parte significativa das economias potenciais, ao mesmo tempo em que desviaria os recursos da Secretaria do mandato principal da Organização. Por isso, recomendou veementemente que o Conselho não exercesse a cláusula de rescisão antecipada, enfatizando a necessidade de evitar complicações adicionais e avançar rumo a uma decisão sobre as futuras instalações da OIC.

147. O delegado do Japão fez eco as preocupações da Suíça, enfatizando que duas mudanças, inclusive para instalações temporárias, representariam um fardo significativo para a Secretaria. Por isso, manifestou oposição a essa abordagem.

148. O delegado da Costa do Marfim indicou que sua delegação se uniria ao consenso que se formava de não exercer a cláusula de rescisão antecipada.

149. O delegado do Brasil apoiou o consenso que se formava de não exercer a cláusula de rescisão antecipada, ao mesmo tempo em que ressaltou a importância de se chegar a uma decisão definitiva sobre as futuras instalações da OIC até o início de 2027. Ele instou os Membros a determinarem se a OIC deveria permanecer em Londres ou se mudar, observando que a mudança para outro país exigiria pelo menos dois anos de preparação.

150. O Conselho decidiu não fazer uso da cláusula de rescisão antecipada contida no contrato de locação.

Item 10: Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC)

Item 10.1: Nomeação dos sherpas do setor público da Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC) 2026-28

151. A Chefe de Operações apresentou o documento WP-Council 359/26 sobre a composição da FTPPC. Ela lembrou que, de acordo com os termos de referência da FTPPC, os Membros exportadores e importadores poderiam nomear ou renomear seus representantes a cada dois anos. Observando que os membros do setor público haviam sido nomeados em setembro de 2024 e que nenhuma alteração havia sido comunicada desde então, ela convidou o Conselho a aprovar o documento e a lista atual de membros do setor público.

152. Em resposta a um pedido de esclarecimento da União Europeia, o Presidente do Conselho explicou que estava sendo solicitado ao Conselho que aprovasse apenas os membros do setor público da FTPPC, e não os sherpas individuais que representariam cada país. Ele esclareceu que os Membros ainda precisariam indicar seus respectivos sherpas e suplentes, mas que essas indicações seriam tratadas dentro da FTPPC, e não pelo Conselho.

153. O Conselho aprovou os membros constantes do documento WP-Council 359/26.

Item 10.2: Marco regulatório do setor cafeeiro

154. Conforme decidido pelo Conselho, o relatório sobre o marco regulatório do setor cafeeiro não foi discutido durante sua 142ª Sessão, mas foi apresentado pela Chefe de Operações aos Membros e observadores no 8º Fórum de CEOs e Líderes Globais (FCLG).

Item 11: Grupo de Discussão sobre Cafés Especiais

155. A Diretora Executiva apresentou um relatório sobre a quinta reunião do Grupo de Discussão sobre Cafés Especiais (GDCE), observando que o relatório havia sido distribuído aos Membros (ver documento FGSC-08/26). Ela lembrou que, após discussões sobre a definição de café especial na 142ª Sessão do Conselho, em Honduras, os Membros haviam concordado em convidar a SCA para participar do GDCE. Ela explicou que, desde então, os trabalhos haviam avançado no sentido de desenvolver uma abordagem mais atualizada para a avaliação do café especial, levando em conta as informações e metodologias em constante evolução. Referiu-se às comunicações recentes recebidas da Costa Rica e da PROMECAFÉ, que haviam sido distribuídas aos Membros como documentos ED-2523/26 e ED-2524/26. Em seguida, ela convidou o representante da SCA a apresentar uma atualização sobre os trabalhos realizados.

156. O Sr. Mario Fernández, Diretor Técnico da SCA, explicou que a Associação vinha publicando normas voluntárias de qualidade para o setor de café especial há mais de 20 anos e estava trabalhando com o GDCE para contribuir com as discussões sobre a definição e avaliação do café especial. Ele esclareceu que o processo de definição de normas da SCA era distinto do trabalho da OIC, embora os dois estivessem relacionados, e informou que um grupo de especialistas, incluindo representantes de países produtores, havia se reunido nos escritórios da OIC em Londres para examinar a aplicação da definição da SCA de café especial verde e preparar uma proposta de quadro para a classificação da qualidade do café verde no contexto do comércio internacional. O projeto propunha seis níveis de qualidade, variando de qualidade abaixo do padrão a qualidade muito alta, com base em quatro critérios extraídos do sistema de avaliação de qualidade da SCA, incluindo avaliações físicas e sensoriais. Ele ressaltou que o quadro ainda era um esboço e que os níveis ainda não haviam sido identificados como definidores do café especial, já que a questão seria abordada em uma etapa posterior. O Sr. Fernández enfatizou a importância de considerar diversas perspectivas e construir consenso à medida que o trabalho avançasse.

157. O delegado da Costa Rica elogiou o trabalho realizado pela SCA e mencionou o documento ED-2523/26, que havia sido enviado à OIC em inglês e espanhol, e apresentou uma perspectiva alternativa. Embora apreciasse os seis níveis de qualidade propostos, ele observou que os graus de 1 a 3 pareciam relativamente claros, enquanto os graus de 4 a 6 exigiam esclarecimentos adicionais. Ele enfatizou que o objetivo deveria ser agregar valor ao café especial, em vez de diluir seu significado, e transmitiu as preocupações dos países produtores de café especial de que as categorias adicionais poderiam ampliar excessivamente a classificação. Por isso, solicitou esclarecimentos à SCA sobre as distinções entre os níveis propostos e suas implicações para os consumidores.

158. O representante da SCA explicou que o grupo de especialistas havia discutido essas questões técnicas e enfatizou a importância de aplicar o sistema de Avaliação do Valor do Café (*Coffee Value Assessment* – CVA) de maneira consistente e evitar confusão no mercado quanto ao significado do café especial.

159. O delegado de El Salvador apoiou os comentários da Costa Rica, ressaltando que El Salvador também era membro da PROMECAFÉ e que sua delegação havia analisado e endossado os comentários apresentados à OIC no documento ED-2524/26. Reconhecendo a natureza técnica do assunto, ele sugeriu que a discussão fosse continuada em uma reunião agendada para ocorrer no Panamá.

160. O delegado da UE-Itália refletiu sobre o objetivo de desenvolver uma definição comum de café especial no âmbito da OIC. Ele sugeriu que esclarecer a finalidade dessa definição, incluindo sua possível aplicação em relatórios estatísticos ou em Certificados de Origem, poderia ajudar a orientar o trabalho do GDCE e fornecer uma direção mais clara para suas discussões.

161. A Diretora Executiva esclareceu que o impulso inicial para a elaboração de uma definição comum de café especial havia sido a necessidade de estatísticas confiáveis para medir o tamanho do mercado de café especial. Ela lembrou que essa necessidade havia sido identificada pelo GDCE e que, em sua reunião em Honduras, os Membros haviam proposto convidar a SCA para contribuir ao trabalho. Ela observou que abordagens alternativas para medir o mercado também poderiam ser consideradas e discutidas mais a fundo no âmbito do GDCE, com o objetivo de elaborar uma proposta que refletisse um consenso mais amplo, para apresentação ao Conselho. Dada a natureza altamente técnica do assunto, ela enfatizou que a discussão detalhada deveria ocorrer no âmbito do GDCE, onde especialistas dos países poderiam contribuir com seus conhecimentos.

162. Complementando a intervenção da Diretora Executiva, o delegado de El Salvador observou que estavam sendo perseguidos dois objetivos distintos: o objetivo da OIC de desenvolver um entendimento comum sobre o café especial para apoiar a medição do mercado, e o objetivo da SCA de implementar o sistema CVA. Ele ressaltou que ambos os objetivos deveriam ser claramente diferenciados e abordados pelo GDCE.

163. O Conselho tomou nota do relatório da Diretora Executiva sobre o GDCE.

Item 12: Titulares de cargos e comitês
Item 12.1: Presidente e Vice-Presidente e composição dos comitês

164. O delegado do Brasil, na qualidade de porta-voz dos Membros exportadores, observou que as consultas sobre a composição dos comitês ainda estavam em andamento no âmbito do grupo e que seria necessário mais tempo para concluí-las.

165. O delegado da União Europeia, na qualidade de porta-voz dos Membros importadores, designou o Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, como Presidente do Comitê Conjunto e confirmou a Suíça e a União Europeia como membros do Comitê para o ano cafeeiro de 2026/27.

166. O delegado da União Europeia, na qualidade de porta-voz dos Membros importadores, designou o Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, como Vice-presidente do Comitê de Finanças e Administração e confirmou o Japão, a Noruega, o Reino Unido, a Suíça e a União Europeia como membros do Comitê para o ano cafeeiro de 2026/27.

167. O delegado da Suíça agradeceu ao Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, por ter concordado em continuar como Presidente e Vice-presidente do CC e do CFA, respectivamente, observando que isso era muito apreciado.

168. O delegado da Costa do Marfim observou que seu país havia atuado no Comitê Conjunto e alternado entre diferentes cargos nos anos anteriores. Ele propôs, portanto, Camarões como seu substituto para o ano cafeeiro de 2026/27, sujeito a novas consultas com o porta-voz dos Membros exportadores.

169. Na ausência de indicações dos Membros exportadores, e observando que qualquer nomeação exigiria a aprovação do Conselho, o Presidente do Conselho enfatizou que os comitês não poderiam permanecer sem membros e propôs prorrogar, a título provisório, sua composição

Este documento foi traduzido com inteligência artificial

de 2025/26 e os mandatos dos presidentes até que novas indicações pudessem ser apresentadas e analisadas em uma futura sessão do Conselho.

170. O Conselho aprovou a renomeação do Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, como Presidente, e do Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, como Vice-Presidente do Comitê Conjunto, a título provisório, até a apresentação e análise de novas indicações em uma futura sessão do Conselho.

171. O Conselho aprovou a prorrogação da composição do Comitê Conjunto para o ano cafeeiro de 2025/26, a título provisório, até a apresentação e análise de novas indicações em uma futura sessão do Conselho.

172. O Conselho aprovou a renomeação do Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, como Presidente do CFA, a título provisório, até a apresentação e análise de novas indicações em uma futura sessão do Conselho.

173. O Conselho aprovou a prorrogação da composição do CFA para o ano cafeeiro de 2025/26, a título provisório, até a apresentação e análise de novas indicações em uma futura sessão do Conselho.

Item 12.2: Presidente e Vice-Presidente do Conselho

174. O delegado do Brasil, na qualidade de porta-voz dos Membros exportadores, propôs o Embaixador Francisco Lima, de El Salvador, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Internacional do Café para o ano cafeeiro de 2026/27.

175. O delegado da União Europeia, falando em nome dos Membros importadores, informou ao Conselho que a UE não estava em condições de apresentar um candidato ao cargo de Presidente do Conselho nesta fase. Ele explicou que a UE desejava manter uma posição neutra nas discussões relativas às futuras instalações da Organização, uma vez que três Membros importadores estavam sendo considerados como possíveis países anfitriões. Ele enfatizou que essa decisão não deveria ser interpretada como falta de interesse ou de engajamento, mas sim como um reflexo do compromisso da UE com a Organização. Ele parabenizou o Embaixador Lima por sua eleição como Vice-Presidente e propôs que ele exercesse a função de Presidente interino por um determinado período.

176. O Conselho elegeu o Embaixador Francisco Lima, de El Salvador, como Presidente interino do Conselho Internacional do Café para o ano cafeeiro de 2026/27.

Item 13: Credenciais

177. A Chefe de Operações declarou que as credenciais recebidas haviam sido consideradas em boa forma e observou que a Secretaria, conforme prática padrão, emitiria futuramente um Relatório de Credenciais e uma lista das delegações que haviam participado da sessão do Conselho.

178. O Conselho aprovou o relatório sobre as credenciais.

Item 14: Reuniões futuras

179. O Presidente do Conselho observou que as datas da sessão ordinária da primavera de 2027 do Conselho seriam anunciadas posteriormente, tendo em vista o consenso de convocar uma sessão extraordinária do Conselho para tratar do mandato do(a) Diretor(a) Executivo(a).

180. O delegado da Colômbia lembrou aos Membros que Bogotá sediaria a 145ª Sessão do Conselho Internacional do Café, de 27 de setembro a 1º de outubro de 2027. Ele observou que os preparativos já estavam em andamento e expressou que sua delegação aguardava com expectativa receber os Membros na Colômbia.

181. A delegada da Suíça acolheu com satisfação o convite da Colômbia para a 145ª Sessão do Conselho em Bogotá. Embora reconhecendo a experiência da Colômbia na organização de encontros internacionais sobre o café, ela se ofereceu para compartilhar as melhores práticas de seu país, caso isso fosse útil.

182. O Conselho observou que as datas da 143ª e da 144ª Sessões do CIC seriam determinadas posteriormente. Também tomou nota das datas e do local da 145ª sessão do CIC.

Item 14.1: Conferência Mundial do Café

183. O Presidente apresentou o item 14.1 da ordem do dia sobre a próxima Conferência Mundial do Café, lembrando que cinco conferências haviam sido realizadas desde 2001 em Londres, Salvador, Cidade da Guatemala, Adis Abeba e Bengaluru. Ele observou que as conferências haviam abordado questões-chave enfrentadas pelo setor cafeeiro global, incluindo preços baixos, sustentabilidade, cultura e diversidade do café, tecnologia e finanças, e haviam proporcionado uma plataforma de alto nível para diálogo, cooperação e ação coletiva. Ele convidou os Membros a refletirem sobre a data, o local e o foco temático da próxima conferência, incentivando os Membros interessados a consultarem suas respectivas capitais quanto à possibilidade de sediar o evento.

184. O Conselho tomou nota do relatório sobre a Conferência Mundial do Café.

Item 15: Outros assuntos

185. O Presidente confirmou a permanência do Sr. Tom Fabozzi, da UE-Irlanda, como Presidente do GTEV. Ele observou que a presidência do WGDP permaneceria inalterada até a próxima sessão do Conselho, quando a questão poderia ser reconsiderada à luz da nomeação do Embaixador Lima como Presidente interino do Conselho.

Cerimônia de encerramento

186. O delegado da Colômbia agradeceu ao Governo da Suíça pela calorosa recepção e pela excelente organização das reuniões. Ele também expressou seu agradecimento à Diretora Executiva e à sua equipe pela eficiência constante na organização das sessões do Conselho e afirmou que esperava receber os Membros na Colômbia no ano seguinte.

187. O delegado da União Europeia concordou com as observações da Suíça e agradeceu pela sessão matinal informativa e por sua moderação eficaz. Ele também elogiou a forte participação na reunião dos sherpas do FTPPC realizada no dia anterior, enfatizando que tais trocas demonstravam o valor do diálogo e da cooperação fora das sessões formais do Conselho e deveriam ser incentivados. Ele agradeceu à Secretaria, ao Presidente e aos intérpretes pelo trabalho realizado, reconheceu a considerável carga de trabalho da Secretaria e o número limitado de funcionários e reafirmou a disposição da UE de continuar trabalhando em conjunto com a Organização.

188. O delegado das Filipinas agradeceu ao Presidente por sua liderança, a Secretaria pela organização bem-sucedida das reuniões e ao Governo da Suíça por disponibilizar um excelente local para as discussões produtivas.

189. O delegado da Índia agradeceu ao Governo da Suíça por sua calorosa recepção e hospitalidade, especialmente pela recepção e pela visita às Nações Unidas. Ele elogiou o Presidente por sua abordagem equilibrada e inclusiva, especialmente ao tratar de questões delicadas, e expressou seu agradecimento à Diretora Executiva e à Secretaria pela organização tranquila das sessões e pelas discussões informativas.

190. A delegada do Peru agradeceu ao Governo da Suíça por sua hospitalidade e por sediar o CIC, destacando a importância da Organização como fórum para a reflexão coletiva sobre o futuro de um produto que sustentava milhões de meios de subsistência em todo o mundo. Ela elogiou o Presidente por sua liderança, expressou seu agradecimento à Diretora Executiva e à Secretaria pelo trabalho na organização das reuniões e agradeceu aos intérpretes pelo excelente serviço. Ela acolheu com satisfação as importantes decisões tomadas e enfatizou que o diálogo e a cooperação mais estreita entre os Membros exportadores e importadores demonstraram o papel fundamental da OIC.

191. O delegado da Indonésia agradeceu ao Presidente por sua liderança durante o ano cafeeiro de 2025/26 e expressou seu apreço à Diretora Executiva, à Secretaria e aos demais Membros por suas contribuições para a 142ª Sessão do CIC. Ele acolheu com satisfação as discussões construtivas que haviam ocorrido sobre a sustentabilidade financeira da Organização, a futura sede e o Programa de Atividades, enfatizando a importância do diálogo e da cooperação contínuos. Ele reafirmou o compromisso da Indonésia com um setor cafeeiro global sustentável, inclusivo e resiliente, particularmente por meio da melhoria dos meios de subsistência dos cafeicultores e do fortalecimento da resiliência climática. Ele também agradeceu ao Governo da Suíça por sua hospitalidade e pela excelente organização das reuniões.

192. O delegado do Vietnã juntou-se a outras delegações para expressar seu agradecimento ao país anfitrião por sua calorosa hospitalidade e pela excelente organização em Genebra. Ele também agradeceu ao Presidente por sua liderança habilidosa ao orientar os Membros por uma ordem do dia densa. Além disso, o delegado transmitiu seus profundos agradecimentos à Diretora Executiva e a toda a Secretaria da OIC por sua dedicação e trabalho árduo. Por fim, ele reafirmou o compromisso do Vietnã de trabalhar em estreita colaboração com todos os Membros para promover uma visão compartilhada de um setor cafeeiro sustentável e resiliente.

193. A delegada do Equador fez eco aos colegas, agradecendo ao Governo da Suíça por receber as delegações, bem como por facilitar discussões substantivas. Ela também expressou seu agradecimento à Secretaria e à sua equipe pelos esforços consideráveis na organização da reunião e, juntamente com outras delegações, agradeceu aos intérpretes por sua contribuição e por facilitarem as discussões.

194. O delegado do Brasil agradeceu ao Governo da Suíça por sua hospitalidade e expressou seu apreço à Secretaria por seus esforços consideráveis para garantir a organização bem-sucedida da reunião, incluindo a equipe que trabalhou nos bastidores. Ele observou que o tamanho da delegação brasileira refletia a importância que seu país atribuía à Organização. Ele sugeriu ainda que as futuras sessões do Conselho reservassem mais tempo para discussões bilaterais entre as delegações, observando que tais intercâmbios fortaleciam a cooperação, promoviam um envolvimento mais estreito entre os Membros e reforçassem seu compromisso com a Organização.

195. O delegado de Camarões agradeceu ao Governo da Suíça por sediar a reunião e expressou seu agradecimento ao Presidente por sua liderança e esforços em orientar o Conselho rumo a decisões e ao consenso. Ele também agradeceu à Diretora Executiva e à Secretaria por seu trabalho, incluindo a preparação de documentos e informações para os Membros. O delegado destacou o valor das reuniões presenciais para facilitar o avanço dos trabalhos e incentivou sua continuidade sempre que possível. Ele observou ainda a importância de se reservar tempo suficiente para consultas e discussões em futuras reuniões, a fim de permitir que os Membros tratassem de todos os itens da ordem do dia de forma eficaz e tomassem decisões bem fundamentadas.

196. A delegada da Suíça, falando em nome de toda a delegação suíça, expressou sua gratidão pela oportunidade de sediar a reunião do Conselho em Genebra e de interagir com delegados, representantes do setor privado e parceiros da Organização. Ela agradeceu ao Presidente por sua liderança, aos intérpretes por facilitarem as discussões e à Diretora Executiva e à Secretaria por sua excelente cooperação e apoio. Ela também agradeceu à Secretaria e aos participantes pelas discussões realizadas durante o 8º FCLG, destacando sua importância por oferecerem uma perspectiva prática sobre iniciativas e regulamentações de sustentabilidade. Ela enfatizou a importância do diálogo contínuo entre as partes interessadas e expressou seu apreço pelas contribuições das empresas, dos agricultores e dos países produtores, observando que o Fórum demonstrava o papel único da OIC em reunir partes interessadas dos setores público e privado. Ela destacou o sucesso na organização das reuniões e reafirmou a disposição da Suíça em sediar futuras reuniões da OIC em Genebra.

Este documento foi traduzido com inteligência artificial

197. Ao encerrar a reunião, o Presidente agradeceu aos Membros pela confiança que haviam depositado nele e observou que exercer a presidência do Conselho havia sido uma grande honra e uma experiência gratificante. Ele expressou seu agradecimento à Secretaria, destacando o excepcional profissionalismo, a dedicação e o empenho de sua equipe, particularmente no apoio à preparação e à condução das reuniões do Conselho. O Presidente também prestou homenagem aos intérpretes, cujo trabalho de alta qualidade havia sido essencial para facilitar as deliberações do Conselho e garantir uma comunicação eficaz entre os Membros.

198. O Presidente do Conselho encerrou a 142ª Sessão do CIC.

Este documento foi traduzido com inteligência artificial

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

ICC **142-5**

12 outubro 2026

Original: inglês

P

Conselho Internacional do Café
142ª Sessão
28 a 30 de setembro de 2026
Genebra, Suíça

Decisão do Conselho

Decisão sobre a possível avaliação de novas propostas para sediar a OIC

CONSIDERANDO QUE:

O parágrafo 2 do Artigo 6 do Acordo Internacional do Café de 2007 estabelece que a Organização terá sede em Londres, a menos que o Conselho decida de outra forma;

A sede da OIC está atualmente localizada na 222 Gray's Inn Road, Londres, Reino Unido, WC1X 8HB;

O Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC, estabelecido na 141ª Sessão do Conselho Internacional do Café (CIC), cumpriu até o momento seu mandato de estabelecer um processo de planejamento que garanta a transparência, aumente a eficiência e facilite a tomada de decisões dos Membros sobre as implicações políticas e financeiras da localização da sede da OIC; e

Os Membros concordaram com o roteiro indicativo contido no documento WGDP-02/26 Rev. 1 que propõe que uma decisão sobre a possível avaliação de novas propostas para sediar a OIC seja tomada na 142ª Sessão do CIC.

O CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Decide:

1. Explorar locais alternativos; e

2. Receber propostas formais dos Membros da OIC para instalações adequadas até, no máximo, 31 de dezembro de 2026.